

OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU
Nº645
De 10 de novembro
a 04 de dezembro
Ano 23

R\$2

(11) 9.4101-1917

PSTU Nacional

www.pstu.org.br

@pstu

Portal do PSTU

@pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional



**DERROTAMOS BOLSONARO NAS URNAS
E AGORA? VEJA QUAIS
SÃO OS DESAFIOS PARA A
CLASSE TRABALHADORA**

páginadois



“ Desde que pacíficas e que respeitem os direitos fundamentais das outras pessoas, sim ”



MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA, DO STF,
afirmando que as manifestações da extrema-direita bolsonarista devem ser respeitadas



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

NÃO ABOLIDO

Trabalho escravo nos Estados Unidos

Os Estados Unidos aboliram a escravidão há 157 anos, desde então, nenhuma pessoa pode ser proprietária legal de outra. Mas não é bem assim. Há uma exceção que permaneceu: os prisioneiros condenados. Na maior parte dos Estados Unidos, a escravidão ainda é legal quando adotada como pena para um crime. Nas eleições de 8 novembro, eleitores de cinco Estados — Alabama, Louisiana, Oregon, Tennessee e Vermont — decidirão pela eliminação ou não dessas exceções nas suas constituições estaduais, em uma tentativa de proibir totalmente a escra-



vidão. O resultado poderá permitir que os prisioneiros contestem o trabalho forçado. Atualmente, cerca de 800 mil prisioneiros trabalham por centavos, ou sem pagamento. Sete Estados

não pagam salários para os trabalhadores nas prisões pela maioria dos trabalhos exigidos. Os apoiadores da mudança afirmam que esta é uma brecha para a exploração que precisa ser fechada.

FICHA CORRIDA

Silvinei Vasques é bandido

O inspetor e diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques, tem uma farta ficha corrida desde que ingressou na corporação em 1995. Além dos crimes eleitorais – retenção de eleitores no Nordeste e a operação “corpo-mole” que favoreceu os bloqueios de estradas em todo o país –, Vasques já respondeu a oito processos disciplinares e teve uma condenação por agressão. Em 1997 foi acusado de cobrança de propinas de uma empresa de guincho interessada em trabalhar nas rodovias federais da região de Joinville (SC) e ameaça de morte. No inquérito, consta do relato de uma das vítimas a ameaça de morte “com um tiro na testa”. A demora da



justiça fizeram os crimes de Vasques prescrever. No ano 2000, Vasques respondeu a uma ação criminal por lesão corporal e abuso de autoridade na cidade de Cristalina, interior de Goiás. Vasques estacionou a viatura da PRF em um posto de combustíveis para abastecer e mandou que o frentista lavasse

o veículo. O funcionário do posto de gasolina informou que o estabelecimento não trabalhava com lavagem, o que desencadeou um ataque de fúria do agente, que espancou o frentista a socos e chutes. Vasques foi processado e obrigado a pagar uma indenização de R\$ 71 mil de indenização à vítima.

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta



(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



A classe trabalhadora deve seguir o caminho da independência de classe

Enquanto fechávamos esta edição, recebíamos a triste notícia da morte de Gal Costa, um ícone do tropicalismo que se mantinha como uma das maiores vozes da nossa música. Começamos este número prestando nossa homenagem à memória de Gal.

Ainda no fechamento deste número, corriam as eleições nos EUA e, no Brasil, as Forças Armadas acabavam de divulgar o seu “relatório sobre as eleições”. Não podendo apontar qualquer irregularidade que desse base aos atos golpistas, o documento mantinha um tom dubio, a fim de não desagradar Bolsonaro.

As manifestações e fechamento de estradas, exigindo golpe militar, coordenados por Bolsonaro, mereciam ainda maior repúdio, mas tiveram que recuar. Nada impede, porém, que os bolsonaristas continuem atiçando atos golpistas ou tentando outras surpresas.

Dedicamos esta edição a um balanço das eleições. Procuramos discutir o significado da derrota de Bolsonaro, as ameaças da ultradireita, que vão continuar, e os desafios colocados para a classe trabalhadora diante do governo Lula-Alckmin e suas alianças amplas com a burguesia.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E DE CLASSE

Neste jornal, buscamos debater que a classe trabalhadora e seus setores mais oprimidos não podem depositar confiança no novo governo. Pelo contrário, a nossa tarefa, desde já, é avançarmos na organização e na mobilização independente da classe. E, a partir disso, construirmos uma oposição de esquerda e de classe, tanto para enfrentarmos a extrema-direita, quanto para defendermos nossas reivindicações e construirmos uma alternativa da classe trabalhadora, independente da burguesia.

Embora Bolsonaro ainda não tenha saído, o processo de transição já começou. E, agora, já se desenha o que será o governo Lula-Alckmin. Ao contrário de ser um governo da classe tra-



lhadora, aponta-se para um governo ainda mais amplo que a chapa apresentada nas eleições, indo do Centrão, de Arthur Lira, ao PSOL, com o predomínio de banqueiros neoliberais, como Henrique Meireles e Pérlio Arida, na equipe econômica; além de conversas com Trabuco, do Bradesco e o Itaú Unibanco. E, ainda, representantes dos grandes tubarões da Educação.

Sabemos que parte expressiva da classe trabalhadora tem expectativas no futuro governo. Respeitamos essas expectativas e compartilhamos do sentimento de vitória sobre Bolsonaro. O PSTU fez campanha em defesa do voto crítico em Lula justamente para derrotar Bolsonaro nas urnas.

Mas, é nossa responsabilidade dizer a verdade aos trabalhadores e trabalhadoras: será um governo feito com e para os bilionários, e que, ao administrar a crise capitalista, vai, inevitavelmente, atacar a classe.

NÃO É POSSÍVEL SERVIR DOIS SENHORES

Isso porque não é possível governar para dois senhores. Se se governa para a burguesia, não é possível atender os trabalhadores. Quando muito, nos darão migalhas, sem resolver os problemas estruturais. São interesses antagônicos, inconciliáveis.

Um exemplo é a Educação. A equipe de transição é formada, em sua maioria, por re-

presentantes dos megagrupos da Educação privada, como o empresário Jorge Lemann, o segundo homem mais rico do país. Como investir na Educação pública e de qualidade e, ao mesmo tempo, atender aos tubarões do ensino?

O governo Lula-Alckmin é ainda mais controlado pelos bilionários do que seria um governo de colaboração de classes ou como foram os governos anteriores do PT. Apesar de fruto de uma vitória eleitoral das massas contra o governo Bolsonaro, é prisioneiro das alianças com os bilionários.

Não vai querer revogar as Reforma da Previdência e a Trabalhista, garantir a Petrobrás 100% estatal, ou enfrentar o agronegócio. Então, na medida em que ele se instala, acabará por atacar a nossa classe.

Nos governos anteriores do PT, onde nem havia uma aliança tão ampla, vimos que, na “hora H”, primou a política de encarceramento em massa da juventude pobre e negra da periferia e foram feitas concessões às bancadas conservadoras em relação aos direitos das mulheres e às pautas LGBTIs.

Em defesa das liberdades democráticas, contra Bolsonaro e a ultradireita, não titubearemos em estar na primeira linha da resistência a eles. Só a mobilização independente da nossa classe unida, inclusive com autodefesa, tem poder para derrotá-los.

Há setores da esquerda que pensam ser possível disputar o futuro governo e que as organizações revolucionárias devem participar dele. Ou, ainda, mesmo que de fora, atuar como “conselheiras” do governo.

A força da nossa classe está na sua independência em relação à burguesia e aos governos de aliança com a patronal, e na mobilização e organização independentes, em prol de nossas reivindicações mais sentidas e de uma alternativa dos trabalhadores e dos setores populares e oprimidos para o Brasil.

Nós do PSTU continuamos afirmando que tanto a derrota definitiva da ultradireita quanto as mudanças que o país precisa exigem uma mudança radical na sociedade. Exige a construção de uma sociedade fraterna, igualitária e socialista.

AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO INDEPENDENTE

Nesse período de transição, está colocada a tarefa de nos organizarmos enquanto classe, voltarmos nossas pautas, exigir-las do novo governo, ao mesmo tempo em que nos preparamos para nos mobilizarmos por elas, de forma independente.

Precisamos lutar pela revogação completa das reformas Trabalhista e Previdenciária. Em defesa do emprego, com carteira-assinada e direitos plenos a todos e todas, inclusive aos trabalhadores de aplicativos. Redu-

ção da jornada, sem redução dos salários. Aumento geral dos salários, com a duplicação do mínimo, rumo ao mínimo do Dieese.

Temos que lutar por educação, saúde, moradia e serviços públicos de qualidade, suspendendo o pagamento da dívida aos banqueiros.

É preciso deter a destruição ambiental, com a demarcação das terras indígenas, titulação dos territórios quilombolas e contra o Marco Temporal. Temos que parar com a destruição ambiental.

É urgente lutarmos contra o machismo, o racismo, a LGBTIfobia e a xenofobia, que se acirram sob Bolsonaro, combatendo todas formas de discriminação e violência, impedindo, também, que haja ainda mais retrocessos nesta área.

Temos que reverter a entrega do país, parando as privatizações e reestatizando o que já foi entregue, como a Eletrobrás, colocando-a sob controle dos trabalhadores. Da mesma forma, lutarmos por uma Petrobras 100% estatal, sob controle operário.

Por fim, precisamos exigir a investigação e punição exemplar de Bolsonaro, sua família, e seus cúmplices, por todos os crimes cometidos, desde a corrupção até as atrocidades cometidas durante a pandemia.

PRÓXIMOS PASSOS

Os desafios dos oprimidos após a derrota eleitoral de Bolsonaro



**WILSON HONÓRIO DA SILVA,
DA SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PSTU**

Quando os festejos pela derrota de Bolsonaro tomaram o país, não havia como não perceber a emoção estampada nas faces de negros(as), mulheres, LGBTIs e membros de outros setores historicamen-

te marginalizados e oprimidos. E não sem razão.

Afinal, derrotamos, nas urnas, um governo que nos infernizou com a propagação do ódio e o incentivo à violência. De um lado, vimos a deputada bolso-

narista Carla Zambelli tentando assassinar um homem negro no meio da rua; acompanhamos os ataques a negros, mulheres e LGBTIs, feitos por grupos neonazistas, em universidades e escolas de São Paulo e Santa Catarina. Isso pra não falar das ações pró-golpe nas estradas e quartéis.

Do outro, assistimos Lula celebrando a força das mulheres em sua vitória, denunciando a “doença” do racismo e prometendo a criação dos ministérios dos Povos Originários e da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Fatos que merecem uma reflexão. Não só pelo que devemos esperar vindo da extrema-direita, como também pelo verdadeiro abismo que existe entre a declaração de “boas intenções” de Lula e a sensação de alívio (e as enormes expectativas) de quem é atingido pelo preconceito e a discriminação.

NUM CAPITALISMO EM CRISE, A OPPRESSÃO SÓ TENDE A AUMENTAR

O bolsonarismo e movimentos correlatos mundo afora só podem ser entendidos pela combinação de dois fatores: a profunda crise e degeneração do capitalismo e, também, a deceção com governos ditos “progressistas”, que têm frustrado as expectativas do povo trabalhador, pobre e periférico.

Um processo que originou, sim, um setor convictamente reacionário, que “milita” pelo controle do Estado para impor, com mais facilidade, a superexploração que garanta suas margens de lucro. E o que, infelizmente, muitos setores da “esquerda” menos prezam, é que as opressões são partes deste mesmo processo.

Discriminar, incentivar preconceitos, promover o ódio e a violência estão a serviço, em primeiro lugar, de justificar a marginalização de amplos setores

da sociedade, para, assim, obter mais lucros com a manutenção de um exército de desempregados e subempregados e o rebaixamento das condições de vida. Segundo, são ideologias que dividem a classe trabalhadora, enfraquecendo seu potencial de luta contra tudo isto.

Por isso mesmo, foi fundamental afastar Bolsonaro da máquina do Estado. Mas isto não significa, de forma alguma, que suas ideias e seguidores mais fiéis não continuem a significar uma ameaça. Como também, é uma ilusão pensar que a vitória de Lula aponte para uma superação do problema e muito menos para o fim da opressão.

Pelo contrário. A História nos ensina que quanto maior a crise, maior a ganância da burguesia e, consequentemente, sua disposição para intensificar as ideologias e práticas que nos dividem e enfraqueçam.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3HVQTCE](https://bit.ly/3hvqtce)

BALANÇO

Não há paz, liberdade ou igualdade à sombra da Casa-Grande

No passado, mesmo num momento de menor crise, as limitações impostas pela conciliação de classes impediram que o PT revertesse os efeitos mais nefastos da opressão.

Em relação às mulheres, por exemplo, em 2003, segundo o Dieese, homens ganhavam, em média, 17,05% a mais que as mulheres; em 2014, a diferença havia aumentado

18,29% (20,5%, em 2018). Enquanto isto, a violência seguiu crescendo. Em 2013, o Brasil ainda era o quinto país no mundo em feminicídios e, em 2012, foram registrados 230% mais estupros que em 2006.

No que se refere à população negra, segundo a edição de 2017 do “Atlas da Violência”, entre 2005 e 2015, de cada 100 vítimas de homicí-

dio, 71 eram negras. Já a taxa de homicídios de brancos em 2003 era de 14,5 para cada 100 mil habitantes e caiu, em 2014, para 10,6/100 mil (menos 27,1%), enquanto entre negros, subiu de 24,9 para 27,4: um aumento de 9,9%. Além disso, segundo o IBGE, em 2018, negros e negras eram dois em cada três desempregados; 63,7% dos que

viviam sem renda; 67% dos ambulantes e 66% dos trabalhadores domésticos.

Quanto à comunidade LBGTI, segundo os dados (subnotificados) do Grupo Gay da Bahia, também só podemos falar em aumento da violência: no início do primeiro mandato de Lula, foram assassinados 163 LGBTIs. No final do mandato Dilma e Te-

mer, o número tinha saltado para 445 mortes.

Isso tudo ocorreu apesar das medidas parciais e pífias que o petismo só adotou pressionado pelas lutas destes setores. Medidas que ao estarem submetidas à lógica do capital não mexeram na essência daquilo que afeta a classe operária e particularmente seus setores mais oprimidos.

SEM ATRELAMENTO

Oppressão não se combate com ilusões

Depois da terra arrasada deixada por Bolsonaro, as perspectivas são ainda mais sombrias, principalmente em função da amplitude das alianças petistas e dos compromissos assumidos com setores conservadores e reacionários.

Lula se comprometeu com evangélicos a não encaminhar nada ao Congresso “que com-

prometa os valores cristãos e da família”. Ou seja, tudo que tenha a ver com o direito ao aborto e, particularmente as pautas LGBTIs. Aliás, LGBTI é termo que Lula, simplesmente, se nega a usar, como ficou evidente na Paulista, mesmo com Daniela Mercury celebrando a festa.

Com a transição em curso, as coisas estão ficando,

literalmente, mais “claras”. No dia 4, lideranças negras de partidos da Frente Ampla, encaminharam um texto exigindo representação negra, em posições de “prestígio e poder”, como dizem os defensores da tese do “racismo estrutural”, na equipe entregue nas mãos de Alckmin. No entanto, os principais nomes

já haviam sido apresentados (banqueiros, empresários do agronegócio) e nenhum negro ou negra havia sido incluído.

Exemplos pontuais que nos permitem prever o que vem por aí. Por isso mesmo, também para mulheres, negros(as), LGBTIs, indígenas, quilombolas e demais setores oprimidos, só

há um caminho a seguir: se organizar, inclusive no que se refere à autodefesa contra a extrema-direita, ao lado da classe operária, com completa independência, nos preparando para as lutas que virão e, principalmente, construindo uma alternativa de poder socialista e revolucionária. A única que pode nos libertar.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Derrotamos o capitão do mato nas eleições, mas a Casa-Grande continua de pé

Nossos desafios neste Novembro Negro



**HERTZ DIAS,
DA SECRETARIA DE NEGROS E NEGRAS DO PSTU**

Lula venceu as eleições. O Quilombo Liberdade, o maior quilombo urbano da América Latina, não se consegue. Comemoraram com foguetes e os blocos afros saíram às ruas, como fosse Carnaval. Essa sensação de alívio, que se apossou do território, foi vista por todo o país. E não sem motivos.

Pelo tom opressor do seu governo, Bolsonaro perdeu nos setores oprimidos (negros, mulheres, LGBTIs, indígenas e nordestinos). Pesquisa IPEC, de 2021, apontava que 58% dos negros que votaram nele em

2018, não fariam o mesmo, em 2022. A maioria votou em Lula e o capitão caiu do cavalo.

A DERROTA DE UM RACISTA DE ULTRADIREITA

Bolsonaro e seus aliados atacaram os negros tanto nas pautas específicas, como o desmonte da Fundação Palmares, quanto em nossas condições de vida, com o aumento do desemprego, da violência e da fome.

Além disso, defenderam a esterilização das mães faveladas, agrediram a memória de Marielle Franco, compararam quilombolas a animais, aplau-

diram o massacre do Jacarezinho e chamaram Zumbi dos Palmares de assassino.

De forma muito significativa, o 20 de novembro de 2019 foi manchado pelo sangue de João Alberto, espancado até a morte, no dia anterior, na loja de um Carrefour, em Porto Alegre. Um episódio diante do qual o vice de Bolsonaro, Hamilton Mourão, declarou: “não existe racismo no Brasil”.

O Brasil “de uma raça só”, pregado por eles, era uma tentativa de recompor o mito da democracia racial. “Racismo é mi mi mi”, diziam, ao mesmo tempo em que nutriam o ódio racial. As agressões aos nossos



**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3NUZWZ3](https://bit.ly/3NUZWZ3)**

só aumentaram, assim como a quantidade de organizações nazistas no país. Os ataques aos terreiros de axé também

não cessaram. A Casa-Grande perdeu a vergonha de ser racista e, por isso, a derrota de Bolsonaro foi celebrada.

RESISTIR COM INDEPENDÊNCIA

Com conciliação de classes, não há igualdade nem paz

Porém, confundir esse sentimento justo com o caráter de classe e de raça do próximo governo é um erro! A chave do acesso aos nossos direitos e às riquezas do país continuará nas mãos dos bilionários e dos racistas.

Tomemos como exemplo a situação das mulheres negras, que representam 26% da população adulta. Elas detêm 14,3% da renda nacional, enquanto o 1% dos homens brancos mais ricos, cerca de 705 mil pessoas, detém 15,3% das riquezas (dados, de 2021, do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das

Desigualdades, da USP).

Contudo, no programa do PT não existe sequer uma menção à expropriação ou taxação desses ricaços, enquanto negros, maioria das pessoas mais pobres, são taxados em seus salários.

Da mesma forma, o genocídio e o encarceramento do nosso povo, principalmente os mais jovens, não serão resolvidos num governo que se opõe a legalizar as drogas, revogar a Lei Antidrogas e desmilitarizar a polícia. Pelo contrário, a Lei Antidroga foi sancionada por Lula, em 2006, e, de lá pra cá,

o encarceramento e o genocídio só cresceram.

Em 2012, o Conselho de Direitos Humanos da ONU recomendou a desmilitarização da polícia, mas Dilma fez vista grossa. Infelizmente, a juventude negra continuará sob a alça da mira da PM, assim como não teremos um governo que combata o racismo religioso.

Na verdade, o que Lula fez, até o momento, foi lançar a “Carta aos Evangélicos”, se comprometendo em não contrariar a cúpula dessas igrejas, formada por burgueses que usam a fé

do nosso povo pra fazer política, fortuna e incitar o ódio racial.

E os quilombolas terão seus territórios titulados? Se depender do próximo governo, não! A questão é simples: o PT não romperá com o agronegócio e foi durante seus governos que este se tornou o setor mais dinâmico da economia.

É verdade que Bolsonaro intensificou esse projeto, mas nada indica que Lula-Alckmin romperá com este processo. Basta verificar o histórico do PT: dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo, de 2016, revelaram



que os governos de Lula (2003-2010) titularam menos hectares de territórios quilombolas do que os dois governos de FHC (1995 a 2002). E, com Dilma, a situação piorou.

ZUMBI VIVE!

É hora de nos aquilombarmos ao lado da classe operária



Não é hora de baixar a guarda. Esse “Novembro Negro” deve ajudar a costurar a mais ampla unidade da classe trabalhadora para derrotar definitivamente o bolsonarismo, que, pra nada, está morto.

Por outro lado, achamos um erro que as organizações e ativistas dos movimentos negros se incorporem às es-

truturas de um governo que de tudo fará para garantir a manutenção do sistema responsável pela dominação de classes e de raça. Essa experiência desastrosa nos anos de governos petistas.

O PT se aproveitou desse apoio, por exemplo, para desfigurar o Estatuto da Igualdade Racial, construído anos a

fio pelas mãos do movimento. Combater o racismo sem compreendê-lo como parte da própria essência do capitalismo, que precisa ser destruído, é não conseguir dar racionalidade para as lutas antirracistas.

É preciso manter nossas pautas históricas vivas, exigindo-as como parte de “reparações históricas”; utilizar dos

atos e atividades para disputar a consciência do povo negro para se organizar ao lado da classe trabalhadora e preparar nossa autodefesa contra possíveis agressões racistas e tentativas golpistas da ultradireita. E devemos estar também preparados para resistir aos ataques aos nossos direitos que virão do governo Lula-Alckmin.

BOLSONARISMO

O que se pode aprender com as ações golpistas depois das eleições?

Quais são as conclusões sobre as ações golpistas dos bolsonaristas depois da vitória de Lula? Foi correta a orientação do PT de não mobilizar e confiar nas instituições? Os ativistas que seguiram essas orientações devem refletir, nesse momento. As conclusões sobre esse tema vão ter enorme importância para os próximos meses e anos.

EDUARDO ALMEIDA,
DE SÃO PAULO (SP)

Bolsonaro anunciou inúmeras vezes que tinha certeza de ganhar as eleições. Fez uma campanha contra as urnas eletrônicas, acusando, sem provas, que elas geravam “fraudes”. Todos sabiam que Bolsonaro não aceitaria uma derrota eleitoral.

Mas, a posição da maioria da grande burguesia nacional e internacional era categoricamente contra um golpe, assim como os governos imperialistas, o que tornava inviável um golpe militar vitorioso. Sobrava, então, uma ação golpista semelhante à invasão trumpera do Capitólio, a sede do Congresso norte-americano. Essa era a possibilidade colocada na realidade por todos os analistas políticos, assim como pela própria direção do PT.

Também apontávamos essa possibilidade e, por isso, defendemos a necessidade de não confiar nas instituições

burguesas – nas Forças Armadas, na Justiça, no Congresso etc. – e mobilizar e organizar a autodefesa contra essa provável ação de Bolsonaro.

A direção do PT tinha a mesma caracterização. Mas, apontou a perspectiva opositora: a de confiar na justiça, nas polícias e no Congresso. Não havia, portanto, nenhuma preparação prévia para o que ocorreu após as eleições.

AS AÇÕES GOLPISTAS DEPOIS DAS ELEIÇÕES

Como era esperado, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proclamar a vitória de Lula, todos os governos imperialistas, a começar por Biden (EUA), felicitaram o presidente eleito. Arthur Lira (PP) e Rodrigo Pacheco (PSD), presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, além de toda a institucionalidade burguesa também reconheceram a vitória de Lula.

Mas Bolsonaro permaneceu em silêncio por dois dias, enquanto os bolsonaristas organizavam bloqueios de es-

tradas em todo o país. Não se trata de uma mobilização dos caminhoneiros, mas de uma parte significativa das grandes empresas do agronegócio e de outros setores burgueses, como Luciano Hang, dono da Havan.

Foram mais de mil pontos de bloqueios totais ou interdições parciais no país. Nas regiões de maior peso do agronegócio (Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Sul do Pará) os bloqueios eram mais fortes e organizados.

Os bolsonaristas não aceitavam a derrota eleitoral, denunciavam uma suposta “fraude” e defendiam um golpe militar, sob a palavra de ordem “Intervenção Federal”.

CONIVÊNCIA E APOIO DAS POLICIAIS

As polícias não reprimiram os bloqueios nos dois primeiros dias. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) não fez nenhuma ação para impedi-los. Ao contrário, inúmeros vídeos mostram o apoio dos policiais aos bolso-



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TQOU12](https://bit.ly/3TQOU12)

nistas. No dia das eleições, a PRF fez quase 300 operações no Nordeste, tentando impedir os eleitores de votarem, sabendo que a maioria votaria em Lula.

As Polícias Militares também pouco agiram contra os bloqueios nos dois primeiros dias, nem o Exército ou qualquer uma das Forças Armadas.

A justiça também não agiu durante o primeiro dia dos bloqueios. Só na noite de segunda-feira, Alexandre de Moraes, presidente do TSE, os condenou e exigiu a repressão por parte da PRF e das polícias. Mesmo assim, não houve ação efetiva das polícias no segundo dia dos bloqueios.

Na terça-feira (1º/11), Bolsonaro fez um pronunciamento nacional, dizendo que “os movimentos populares eram motivados pelas injustiças eleitorais”, mas que deveriam respeitar o direito de ir e vir. Na quarta-feira, (2/11), os bolsonaristas realizaram atos na frente de quartéis, exigindo um golpe militar.

MINIMIZAR AS AMEAÇAS É UM ERRO GRAVE

As grandes empresas pressionaram fortemente pelo fim dos bloqueios, que começo-

ram a afetar a economia. Um setor majoritário das classes médias, mesmo apoiando Bolsonaro, foi também contra os bloqueios, pelos transtornos que estavam causando.

Na quinta-feira (3/11), as ações golpistas começaram a refluir. A derrota eleitoral, reconhecida pelas instituições, a pressão da grande burguesia, o início da repressão por parte das polícias – ainda que sem grandes confrontos, como veríamos se fossem trabalhadores em mobilizações – desmontaram os bloqueios. Outras iniciativas, tal como o chamado a uma “greve geral”, também fracassaram.

Não existe nenhuma possibilidade de que os bloqueios e as manifestações tenham sido “espontâneas”. Elas foram articuladas por Bolsonaro e sua família. O silêncio do presidente e seu discurso contra “as injustiças eleitorais” estiveram coordenados com as ações golpistas.

Esse foi o “Capitólio tupiniquim”, como foi chamado por setores da imprensa. Não houve golpe militar, porque não existem relações de forças para isso. Mas minimizar sua importância é um erro grave.



Bolsonarista vira meme na internet ao se pendurar em caminhão.

SEM MOBILIZAÇÃO

Qual foi a resposta da direção do PT?

A direção do PT orientou a confiar nas instituições. Não chamou nenhuma mobilização, não organizou o movimento para enfrentar os bloqueios. Só cobrou a justiça e as polícias para que fizessem com que os resultados das urnas fossem respeitados. A direção do Movimento Sem Terra (MST) seguiu a mesma orientação. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) chegou a chamar reuniões, mas recuou e seguiu a política do PT.

André Janones (Avante), que teve papel de destaque na campanha eleitoral de Lula, orientou para que sequer falassem dos bloqueios bolsonaristas, “para não ampliar

a divulgação desses atos”, como escreveu. Mas, como sabemos, não adianta negar a realidade objetiva: os bloqueios foram o principal fato político do país, noticiados ou não pela rede petista.

A RESPOSTA POR FORA DO CONTROLE DO PT E DA CUT

As únicas respostas diretas contra os bloqueios vieram de fora do controle da direção do PT e da CUT. Os trabalhadores do estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, romperam o bloqueio da BR 101.

As iniciativas mais importantes, entretanto, partiram de algumas torcidas organizadas, como a Galoucura, do Atlético

Mineiro; a Gaviões da Fiel, do Corinthians; a Mancha Alivé verde, do Palmeiras e a Força Jovem, do Vasco, que romperam bloqueios bolsonaristas nas estradas.

A CSP-Conlutas de São Paulo convocou uma reunião com os movimentos sociais e agrupações políticas para discutir uma resposta do movimento e sua autodefesa. Apesar do boicote da direção do PT-PSOL e da CUT, a reunião articulou uma unidade para preparar as mobilizações possíveis.

Essas ações, ainda que pequenas e pontuais, demonstram que era possível enfrentar os bloqueios e as ações golpistas bolsonaristas.

**ORGANIZAR A AUTODEFESA**

Quais as conclusões a serem tiradas?



**LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3TQOU12**

Mesmo com a vitória de Lula, a ultradireita veio para ficar. Demonstrou enorme força na campanha eleitoral e no pós-eleição. Não há dúvida de que o bolsonarismo vai instrumentalizar uma oposição ativa contra o governo Lula, se apoiando na insatisfação gerada na implementação dos planos neoliberais.

E engana-se quem pensa que o bolsonarismo vai fazer uma oposição por dentro das instituições, respeitando “as regras do jogo” da democracia burguesa. Pelo contrário, Bolsonaro não hesitará em atuar por fora dos marcos da democracia burguesa, se achar que

isso servirá aos seus objetivos.

Uma tropa de choque também contra os movimentos

Bolsonaro montou uma base de apoio social, política e militar para isso. Existe um milhão de pessoas armadas com a disseminação de clubes de tiro, em geral formado por bolsonaristas de classe média. Além disso, seguirá com influência em setores das Forças Armadas e das polícias, sem falar nas milícias.

Isso tudo vai ser usado para questionar o futuro governo Lula. Mas, também vai servir de tropa de choque contra as greves e os sindicatos; para atacar LGBTIs, negros, mulheres e

indígenas; para atacar os ativistas e lideranças dessas entidades e os movimentos populares.

A atitude do PT, de deixar nas mãos das instituições burguesas a responsabilidade de “cuidar” do bolsonarismo, foi completamente errada. Quais destas instituições estiveram à altura para se enfrentar com os movimentos golpistas de Bolsonaro? Por que deveríamos crer que no futuro será diferente?

As polícias se comportaram como ajudantes dos golpistas, como ficou patente em inúmeros vídeos. Hoje, as Forças Armadas não apoiam um golpe militar. Mas, em outra situação, podem mudar de ideia. Mesmo com mudanças no comando, feitas pelo governo Lula, ainda vai existir uma forte ala bolsonarista nas Forças Armadas.

A justiça demorou para tomar uma atitude contra os bloqueios. E, até agora, não existe qualquer medida efetiva de punição aos golpistas.

CONCILIAÇÃO DE CLASSES FORTALECE ULTRADIREITA

A estratégia do PT vai levar à conciliação com setores que eram bolsonaristas até ontem. Mas essa será a via para fortalecer o bolsonarismo. Não há

caminho para derrotar a ultradireita e esmagar os grupos fascistas que estão se gestando que não seja a mobilização das massas.

A democracia burguesa tampouco serve para reprimir o crescimento de grupos fascistas. Nem todo apoiador de Bolsonaro é fascista; mas, é verdade que, hoje, existem mais de mil células fascistas organizadas no país.

A História já demonstrou que somente as mobilizações de massas podem derrotar os golpes e as ditaduras, a exemplo da derrota do golpe militar tentado na Venezuela contra Chaves, em 2002, e das mobilizações dos trabalhadores e do povo pobre que derrotaram o golpe contra Evo Morales, em 2019.

Os trabalhadores e trabalhadoras são a maioria e os mais pobres seguem tendo Lula como referência e podem responder a um eventual chamado do PT e da CUT para a mobilização.

CONFIAR NA FORÇA DA CLASSE OPERÁRIA ORGANIZADA

Hoje, a ultradireita está com suas forças intactas. A derrota eleitoral os abalou, mas não

os derrotou. É hora de discutir como devemos enfrentá-los. O primeiro grande impedimento é político. É a compreensão, disseminada pelo PT, de que se deve ter confiança nas instituições. É preciso que os trabalhadores, a juventude e os setores oprimidos e marginalizados confiem nas suas próprias forças e mobilizações.

É preciso levar essa discussão para a classe trabalhadora e aos bairros populares das grandes cidades. É preciso explicar a necessidade de que nos organizemos para lutar contra a ultradireita, pois ela vai atacar quando os movimentos se levantarem para defender suas reivindicações e seus direitos.

E é preciso dar passos concretos para organizar a autodefesa. Os sindicatos, organizações do movimento popular, de luta contra as opressões e da juventude devem organizar os ativistas em grupos de autodefesa. É preciso organização e treinamento. É preciso que os ativistas se preparem para defender cada assembleia, cada passeata, cada greve. É preciso fazer valer a força da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras.

E a única maneira para que isso ocorra é se organizando para a luta.

FIM DO SIGILO DE 100 ANOS!

Investigação e punição de Bolsonaro e seus cúmplices



**SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)**

São inúmeros os crimes cometidos por Jair Bolsonaro nos últimos quatro anos. Sua relação com milicianos, as rachadinhas, os ataques às liberdades democráticas e toda corrupção do governo, cuja lista é enorme: de pastores pedindo propina em ouro até o superfaturamento de vacinas.

Nada disso pode ficar impune. É preciso que se abram os sigilos decretados pelo, agora, ex-presidente e responsabilizá-lo por seus crimes. Junto com ele, devem ser colocados no banco dos réus seus cúmplices no governo, na cúpula das Forças Armadas e na direção de órgãos de segurança, como o diretor da Polícia Rodoviária Federal, que já deveria estar afastado e preso.

OS CRIMES NA PANDEMIA

A punição deve começar pelo genocídio durante a pan-

demia. Como comprovou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas, de um total aproximado de 700 mil. Em depoimento à CPI, o epidemiologista Pedro Hallal apontou que somente o atraso na compra das vacinas pode ter causado a morte de 95 mil a 145 mil brasileiros. Ele foi categórico: quatro a cada cinco mortes poderiam ter sido evitadas, considerando o tamanho da população.

Acompanhadas das falas abjetas de Bolsonaro, "fake news" criminosas difundiam a ideologia negacionista e anticiência. Enquanto isso, ele garantia ao Exército contratos milionários para compra de medicamentos ineficazes, como cloroquina, e, ainda, fazia propaganda contra o distanciamento social e o uso de máscaras, enquanto predominavam pouca testagem, rastreamento de contágios e isolamento.

A CPI também revelou um esquema de corrupção no Mi-

nistério da Saúde, para compra de vacinas, em que se pediria um dólar por dose da india Covaxin (que foi suspensa). Criminosos também foram os atrasos para levar oxigênio a Manaus, enquanto as pessoas morriam sufocadas, em janeiro de 2021.

E mais: o então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, utilizou a população que sofria sem ar na capital do Amazonas como cobaia para testar a tese anticientífica, defendida por seu chefe, de imunidade de rebanho. A denúncia foi feita pela dentista Andrea Barbosa, ex-esposa do general, durante a campanha eleitoral. Pazuello (PL), para escapar da cadeia, que deveria dividir com Bolsonaro, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro, garantindo Foro Privilegiado.

EXTERMÍNIO INDÍGENA

Bolsonaro acumula denúncias no Tribunal Penal Internacional (TPI), seja pela ação genocida durante a pandemia, seja



**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TIDTXS](https://bit.ly/3TIDTXS)**

pelos crimes contra os povos indígenas. Uma delas foi apresentada, em 22 de janeiro de 2021, pelos caciques Raoni e Almir Surui, este último chefe da tribo dos Paiter-Surui, através do advogado francês William Bourdon, que anexou 21 provas.

A acusação é de extermínio, escravidão de indígenas e desmatamento na Amazônia. Reportagem do jornal britânico "The Guardian", no dia seguinte, apontou o que foi classificado como "ecocídio": "in-

vasões de territórios indígenas aumentaram 135%, em 2019, e pelo menos 18 pessoas foram assassinadas", em 2020. E, como se sabe, as instituições ambientais responsáveis por fiscalizar e impedir tais crimes foram desmontadas.

A ficha corrida é extensa e o lugar de Bolsonaro não pode ser outro senão o xilindró. Seja para fazer justiça às milhares de vítimas, seja na ação rumo a colocar uma pá de cal na extrema direita e seu projeto de ditadura.

#ANISTIANÃO!

Memória, verdade e justiça, sim! Anistia, não!

Não se passaram nem 15 dias das eleições que derrotaram Bolsonaro e já ganharam corpo movimentações para que ele e sua corja fiquem impunes, sem pagar por seus crimes. Contra isso, desde já, é preciso levantar a bandeira democrática: "Anistia, não!"

Ainda durante a campanha eleitoral, houve expressões, como a de Michel Temer, por um grande "pacto nacional". E, agora, mais vozes têm ecoado essa má-intenção. Empresários e políticos estão pressionando e a Procuradoria Geral

da República (PGR) pediu, no último dia 07, ao Supremo Tribunal Federal (STF), o arquivamento de mais uma investigação preliminar contra Bolsonaro e sua corja, com base no relatório da CPI da Covid-19. De dez casos a serem apurados, já é

a nona petição da PGR com esse teor.

O Congresso, dominado pelo Centrão, também já apontou o caminho de adaptação ao novo governo Lula: "sem revanchismos", ou seja, sem nenhuma punição a Bolsonaro.

A estratégia de conciliação de classes do PT vai levar esse partido e seus aliados à conciliação com esses setores. Por essa via, pode chegar à contemporização com os crimes de Bolsonaro e sua trupe. E este será o melhor caminho para fortalecer o bolsonarismo.

SEQUELAS

O Brasil precisa romper com seu ciclo de conciliação e impunidade

A construção de um grande acordão está na pauta. E a história nacional é marcada por essas "concertações" (ou "arranjos") para garantir a estabilidade do sistema capitalista. Até hoje, familiares de mortos, torturados e desaparecidos políticos na ditadura militar (1964-1985) lutam para,

enfim, colocar seus algozes no banco dos réus. Em sua luta contra o racismo e o capitalismo, organizações do movimento negro, por seu turno, seguem exigindo reparações históricas pelos 388 anos da escravidão no Brasil.

As sequelas estão aí, como feridas abertas: vão desde a im-

punidade que leva ao contínuo genocídio negro e pobre pelas mãos das polícias até Bolsonaro.

As demais lutas democráticas por reparação, memória, verdade e justiça, soma-se, agora, a batalha para colocar Bolsonaro e seus asseclas na cadeia. Em países como a Argentina, os militares da ditadura foram

jugados e condenados. O filme "Argentina 1985", do diretor Santiago Mitre, relata como toda a nação foi mobilizada no julgamento histórico que condenou assassinos e torturadores.

Neste momento, em que se mostra cada vez maior a necessidade de que a classe trabalhadora organize sua autodefesa e

se mobilize contra as ameaças às liberdades democráticas, é necessário expurgar da história nacional os últimos quatro anos de obscuridade. É preciso expor o esquema institucionalizado de corrupção, via orçamento secreto, e colocar Bolsonaro no banco dos réus por sua ação genocida na pandemia.

PRÓXIMOS PASSOS

Desafios da classe trabalhadora após derrotarmos Bolsonaro nas urnas

O PSTU fez campanha pelo voto crítico em Lula, no 2º turno, para derrotar Bolsonaro nas urnas. Mas, agora, precisamos discutir os desafios colocados para a classe trabalhadora para derrotar, para valer, a ultradireita, conquistar nossas reivindicações e mudar o país

DA REDAÇÃO

A derrota eleitoral de Bolsonaro no 2º turno foi recebida com comemoração e, sobretudo, alívio pelos trabalhadores e trabalhadoras, a juventude e os setores mais oprimidos. Com muita razão.

Bolsonaro expressa um projeto autoritário, que ameaça as poucas liberdades democráticas que temos hoje. Por isso, o PSTU fez campanha pelo voto crítico em Lula neste 2º turno.

A chapa Lula-Alckmin, contudo, não representa uma real alternativa a Bolsonaro do ponto de vista da política econômica, tampouco será capaz de derrotar a ultradireita em definitivo. Mas, se Bolsonaro permanecesse à frente do aparelho do Estado, isto facilitaria seu projeto autoritário.

UMA AMOSTRA DO QUE ESTÁ POR VIR DA EXTREMA-DIREITA

O dia da eleição e as 48h que se seguiram foram uma pequena amostra disso. Primeiro, o governo coordenou uma ação de sabotagem, atra-

vés da Polícia Rodoviária Federal (PRF), para impedir ou atrasar milhares de pessoas de exercerem seu direito democrático de votar, sobretudo no Nordeste.

Depois, com a confirmação de sua derrota nas urnas, mobilizou sua base mais ferrenha, através das redes sociais, para fechar estradas e protestar nas frentes dos quartéis, contestando as eleições e pedindo intervenção das Forças Armadas.

Através de declarações dúbias, Bolsonaro tentou se equilibrar entre a pressão de setores que exigiam um reconhecimento público da derrota e o núcleo mais radical da extrema-direita. E apenas aceitou iniciar a transição após consultar o comando do Exército sobre o apoio a uma eventual aventura golpista.

Essas eleições e os dias que se seguiram confirmaram o que PSTU já alertava. Após jogar todas as fichas para ganhar a votação nas urnas, sua prioridade, Bolsonaro não descartava partir para uma tentativa golpista, ainda que não tivesse forças para isso. Não contava com o apoio de setores majoritários da burguesia e prin-

cipalmente do imperialismo, como tampouco tem a maioria do povo ao seu lado para tal.

Ele, contudo, buscou mobilizar sua base para tentar criar um clima de conflagração, manter a narrativa da fraude, como Trump fez nos EUA, e, uma vez fora da Presidência, negociar anistia para seus crimes. E, ainda, manter seu eleitorado mobilizado e conservar sua influência política no futuro.

Agora, estamos num momento em que a transição para o novo governo já começou. Bolsonaro, evidentemente, ainda pode aprontar alguma. Mas, a equipe de Lula já está tomando medidas.

Após a derrotarmos Bolsonaro nas urnas, é hora de preparar os próximos passos. Ficou ainda mais evidente que essa extrema-direita chegou para ficar, e só será derrotada, de verdade, com a organização e mobilização independente da classe trabalhadora. Enfrentando-a nas ruas e mudando as condições que possibilitaram seu surgimento e ascensão: a fome, o desemprego, a precarização e o processo de degradação, retrocesso e entrega do país.



ALIANÇA COM A BURGUESIA NÃO ULTRADIREITA, NEM PARA RE

O novo governo ainda não assumiu, porém, os primeiros passos da transição entre os governos Bolsonaro e Lula já indicam o que nos espera. Confirma a manutenção da atual política econômica, apenas aparando as arestas dos arroboos ultraliberais de Paulo Guedes, mas dando continuidade a um governo com e para os bilionários.

Se o programa do PT é o amplo arco de alianças firmado ainda no 1º turno já mostravam essa tendência, agora vemos isso se concretizando. A escolha de Geraldo Alckmin para dirigir esse processo já era uma forma de indicar ao mercado que seus interesses permaneciam intocados.

Depois, a aproximação com setores do Centrão, como o Partido Social Democrático (PSD), de Kassab, ou o próprio Arthur Lira. Isso foi reforçado com o convite para os banqueiros Pérlio Arida e André Lara Resende comporem a equipe econômica, com o apoio de Henrique Meirelles, homem de confiança dos banqueiros nacionais e internacionais.

COM BANQUEIROS E O NEOLIBERALISMO

Tanto Pérlio Arida quanto Lara Resende foram formuladores do Plano Real e compuseram o governo FHC, responsável pela política de abertura da economia ao capital internacional, desnacionalização das empresas, privatizações, contrarreformas neoliberais, arrocho e desemprego.

Arida, inclusive, ocupava o Banco Central quando caiu, após a revelação de que vazou (para um sócio banqueiro) que o Real seria desvalorizado, numa manobra que, certamente, lhe garantiu alguns milhões.

Após esse escândalo, Pérlio Arida ainda trabalhou para o banco Opportunity, de Daniel Dantas, e ajudou a fundar o

BTG Pactual, junto com Guedes. Foi um dos fundadores, ainda, do grupo Livres, uma espécie de laboratório de ideias liberal, com atuação multipartidária em siglas de direita, ao estilo do MBL.

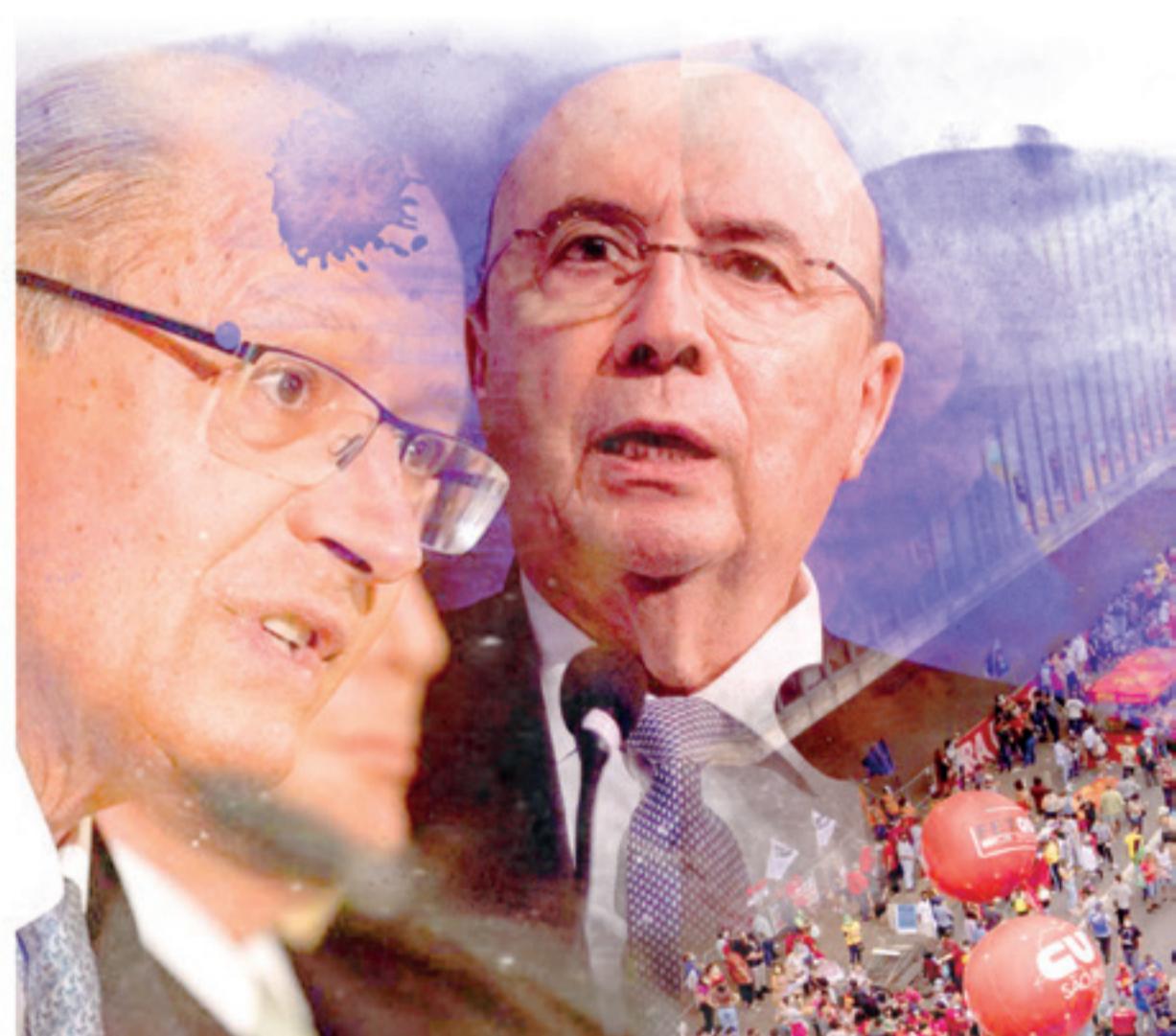
TRANSIÇÃO COMEÇOU

As propostas que já avançam entre a equipe de transição e o Congresso Nacional, para o próximo ano, mostram que a orientação é manter tudo como está. Discute-se uma PEC ou uma autorização do TCU (Tribunal de Contas da União) para acomodar os R\$ 600 do Auxílio Brasil a 21 milhões de famílias. Com isso, 46 das 67 milhões de famílias que recebiam o auxílio-emergencial continuarão de fora de qualquer programa de transferência de renda.

Já o salário mínimo, uma das principais promessas de Lula, deve ser reajustado num valor de apenas 1,4% acima do previsto pelo orçamento de Bolsonaro. O orçamento enviado pelo atual governo previa passar dos atuais R\$ 1.212 para R\$ 1.302. Já a proposta divulgada pelo PT é de R\$ 1.320, uma diferença de menos de R\$ 20, que sequer compra um pacote de arroz. Segundo o Dieese, o mínimo deveria ser de R\$ 6.306,97, para cumprir a Constituição.

A atualização da tabela do Imposto de Renda e a promessa de isentar quem ganha até cinco salários mínimos, devem ficar só para 2024. A regra do Teto dos Gastos deve ser substituída por outra, mais flexível, mas com o mesmo conteúdo: manter o arrocho fiscal e priorizar o pagamento da dívida aos banqueiros.

Já a Reforma Trabalhista não só não deve ser revogada, como entidades e confederações patronais pressionam pelo avanço da Reforma Administrativa no setor público, medida, aliás, cujo maior defensor é justamente Meirelles.



INDEPENDÊNCIA

NENHUMA CONFIANÇA NO GOVERNO LULA-AL

Para derrotar de vez a ultradireita e garantir as demandas da classe trabalhadora contra a patronal, devemos exigir do novo governo nossas reivindicações e organizar a luta unificada por elas. Confiar na força dos trabalhadores (as) e organizar a luta de forma independente e pela base

POR EMPREGO, SALÁRIO E TERRA

Devemos nos organizar para a revogação, por completo, das reformas Trabalhista e da Previdência. No mesmo sentido, em defesa do emprego, exigir a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, com a garantia de pleno emprego e carteira assi-

nada para todos, incluindo os trabalhadores por aplicativos, e aumento geral de salários.

Precisamos lutar pela Petrobras 100% estatal, sob controle dos trabalhadores, e a reestatização das empresas privatizadas, como a Vale e a CSN. Da mesma forma, parar o processo de entrega do país e todas as privatizações em curso.

É preciso exigir a demarcação das terras indígenas, a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar, contra o agro-negócio. A proteção do meio ambiente e dos povos originários, contra o Marco Temporal, assim como a reparação para o povo negro e garantia de direitos das mulheres e LGBTIs,

além do fim da violência contra estes setores.

Por educação, saúde, moradia e serviços públicos de qualidade, precisamos acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal, substituindo-a por uma Lei de Responsabilidade Social, suspendendo o pagamento da dívida aos banqueiros. Acabar com o teto de gastos e sem qualquer lei que aplique o arrocho para beneficiar os banqueiros.

É preciso exigir, também, a investigação e punição exemplar de Bolsonaro e sua família, assim como todos os cúmplices dos crimes cometidos à frente do governo (página 8).

ORGANIZAR TRABALHADORES E OPRIMIDOS

É O CAMINHO PARA DERROTAR A ULTRADIREITA E RESOLVER NOSSOS PROBLEMAS



CKMIN

A derrota de Bolsonaro nessas eleições abre a expectativa de que a vida melhore. Porém, infelizmente, é preciso alertar os trabalhadores que um governo atuando com banqueiros, o grande empresariado e o agronegócio, como aponta essa transição, não vai garantir o fim da fome, ou do desemprego. Pelo contrário, vai continuar atacando e superexplorando os trabalhadores.

Mais do que isso, ao não enfrentar os bilionários, acabará por perpetuar as bases econômicas, políticas e sociais que possibilitaram o surgimento e crescimento dessa ultradireita. Pior, além de não a derrotar, tenderá a fortalecê-la.

Tudo isto, combinado com as alianças e compromissos que Lula vem assumindo com setores abertamente reacionários e fundamentalistas, só pode significar péssimas notícias para mulheres, LGBTIs, negros(as), indígenas e demais setores oprimidos (leia na página 6).

Para derrotar, de fato, a extrema-direita é preciso mudar e reverter esse processo de degradação e retrocesso do país. Para isso, é necessária a organização e mobilização independente da classe trabalhadora. Isso passa por organizar a nossa luta, pela base, fortalecer toda nossa organização independente da patronal e também nossa autodefesa.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3G15OJD](https://bit.ly/3G15OJD)

DESAFIO

ORGANIZAR A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E DE CLASSE

O próximo período será de grande desafio para a classe trabalhadora. Teremos um governo de aliança de classes que irá administrar a crise capitalista.

Ao contrário de 2003, no primeiro governo Lula, o horizonte da economia mundial aponta para o aprofundamento da crise. De outro lado, teremos a oposição de uma extrema-direita organizada, armada e radicalizada.

Experiências recentes na América Latina e a própria trajetória dos governos do PT, aqui, mostraram que a desmoralização de governos de Frente Amplia, de aliança com a burguesia, acaba sendo impulsionadora da extrema-direita.

A decepção que os trabalhadores têm com esses governos fortalece setores como o bolsonarismo. O pior erro que a esquerda socialista pode cometer é o de se colocar como um apêndice de um governo de aliança com a burguesia, justificando-se pela ameaça da ultradireita.

É lamentável, assim, a posição referendada pela direção do PSOL, de integrar a transição do futuro governo. Isso é, na prática, entrar e legitimar o governo Lula-Alckmin. Ou mesmo a posição divulgada por uma de suas correntes internas, o MES, de não integrar formalmente o governo, mas apoiá-lo por fora. Fazer isso é repetir a História e ajuda, mesmo que involuntariamente, a levar água ao moinho do bolsonarismo.

Só vamos derrotar a ultradireita, pra valer, com independência de classe, mobilização e autodefesa; e lutando para mudar as condições sociais, políticas e econômicas que possibilitaram seu surgimento. E isso não vai ser pos-

sível junto com um governo de aliança com bilionários.

DERROTAR A EXTREMA-DIREITA E MUDAR O PAÍS

O PSTU alerta: temos de organizar e fortalecer uma oposição de esquerda que possa batalhar, em frente única nas lutas e nas ruas, para enfrentar a extrema-direita e, também, os ataques que inevitavelmente virão do novo governo.

Já vimos que não podemos depositar qualquer confiança nas instituições dessa "ricocracia" para defender as liberdades democráticas, como o STF ou o próprio Congresso, que, inclusive, será ainda mais bolsonarista. Não podemos, também, deixar os trabalhadores a reboque de setores como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Federação Nacional dos Bancos (Febraban).

Só a mobilização independente da classe trabalhadora pode defender de forma consequente as liberdades democráticas, o fim de toda opressão e acabar, de vez, com a extrema-direita, bem como defender as nossas condições de vida, a soberania do país e abrir caminho para que os trabalhadores governem e possamos dar um fim no capitalismo.

É preciso construir uma oposição da classe e de esquerda ao governo, nas lutas e nas ruas, que possa enfrentar tanto a ultradireita, como os ataques do capital, impulsionados pelo novo governo, aliado aos bilionários.

Defendendo e construindo uma organização socialista e revolucionária, o PSTU estará junto com a classe trabalhadora e seus setores mais oprimidos, em cada luta e nessa batalha.

BOLSONARISMO

Como lutar contra a ultradireita no governo Lula?



JULIO ANSELMO
DE SÃO PAULO (SP)

As manifestações golpistas que ocorreram na última semana são demonstrações de que, durante o governo Lula, teremos uma oposição de ultradireita, militante e com peso. Este fato é relativamente novo. Os últimos governos do PT não tiveram a presença desta ultradireita na oposição. Inclusive, muitos dos atuais bolsonaristas estiveram até mesmo em cargos dos go-

vernos petistas. Isso coloca um desafio para os ativistas: Como lutar contra a ultradireita durante o governo Lula?

O PT responde afirmando que as pessoas que não gostam do Bolsonaro e não querem sua volta deveriam apoiar o novo governo. Enquanto isso, Lula dá a bola do jogo para Alckmin dirigir a equipe de transição; chama vários representantes do empresariado para ajudar neste processo; convida o MDB para compor o governo, desde já, e inclina-se para

conversar com Arthur Lira, um dos líderes do Centrão, que declarou sua disposição para ser da base de sustentação do governo caso o PT apoie sua reeleição para a presidência da Câmara.

E mais. Até mesmo Malafaia e Edir Macedo, líderes da bancada do fundamentalismo evangélico, têm feito acenos e mostrado disposição para conversar. Aos militares, também já foi sinalizado que a hierarquia e os desejos da caserna serão respeitados.

AO LADO DA BURGUESIA, NÃO HÁ PAZ NEM HARMONIA

Lula não se propõe a enfrentar a ultradireita. Suas declarações oficiais falam em "pacificar o país", em harmonia com todos. Mas qual harmonia é possível diante de uma Política Rodoviária Federal e das demais forças de repressão e segurança cada vez mais bolsonaristas? Ou com um setor da burguesia fazendo locaute e assediando trabalhadores e trabalhadoras?

Lula vem preparando um governo que, do ponto de vis-

ta econômico e das alianças, será mais à direita do que seus governos anteriores. Ou alguém acredita que os conselhos econômicos de Henrique Meirelles, Périco Arida e outros do mesmo naipes serão a favor dos trabalhadores? O PT irá compor uma base de sustentação com gente que era bolsonarista até ontem. Não mexerá nas estruturas sociais, econômicas e políticas que não só permitiram o surgimento como também a proliferação da ultradireita.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3G150JD](https://bit.ly/3G150JD)



DECADÊNCIA DO CAPITALISMO

O BOLSONARISMO NÃO CAIU DO CÉU

A ultradireita é expressão do que há de mais bárbaro no capitalismo brasileiro. E, ao mesmo tempo, é parte de um fenômeno mundial, que expressa o nível de degradação do capitalismo atual, como também carrega as especificidades do subdesenvolvimento brasileiro e das características de sua classe dominante, desde sempre parasita, violenta e reacionária.

Bolsonaro e a ultradireita se fortaleceram justamente após os governos petistas, pois tudo o que o PT fez foi fortalecer o capitalismo no Brasil, alimentando seus setores mais reacionários. Ao mesmo passo que contribuiu para que os trabalhadores retrocedessem na consciência de classe, na

organização e nas lutas.

Lula não governará para os trabalhadores, não enfrentará o capitalismo e não vai fazer qualquer transformação estrutural que possa beneficiar os trabalhadores, o povo e seus setores oprimidos e historicamente marginalizados. Isso significa que a ultradireita, no Brasil, continuará atuando e, ainda, tentará se fortalecer sob o desgaste do governo do PT, pois se alimenta das próprias contradições criadas pelo capitalismo.

ALTERNATIVA INDEPENDENTE

Diante da necessidade de seguir lutando contra esta ultradireita que, definitivamente, ainda não foi derrotada, muitos ativistas da esquerda con-

sideram que o caminho seria participar e defender o governo Lula. O PSOL, inclusive, integra a equipe de transição dos governos.

UNIDADE DE AÇÃO CONTRA A ULTRADIREITA

Para nós, a tarefa dos ativistas agora é outra. Não se pode confiar em um governo de aliança com os ricos e bolsonaristas. É preciso construir uma oposição de esquerda ao governo Lula. Preparar a luta, organizando os trabalhadores e trabalhadoras, com independência, apresentando uma lista de exigências e denunciando os ataques que vierem.

Ao mesmo tempo, é preciso aprofundar o combate à ultradireita, seus ataques e

qualquer tentativa golpista. Não nos furtaremos a usar a unidade de ação contra a ultradireita.

ESQUERDA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

Temos um imenso desafio histórico. Somente com esta localização é possível avançarmos em uma organização de esquerda nesse país, que supere o PT não apenas em figuras públicas ou capacidade eleitoral; mas principalmente em seu programa. Se não ganharmos parte da classe trabalhadora para abraçar o programa socialista e revolucionário, a luta contra a ultradireita irá se complicar cada vez mais.

Enquanto a polarização

for entre a ultradireita bolsonarista versus um governo de união nacional com grande parte da burguesia, capitaneada pelo PT, a "paz e harmonia" serão apenas um subterfúgio para o capitalismo lascar o chicote no lombo dos trabalhadores e do povo explorado e oprimido.

A única forma para resolver os problemas do país é avançar no fortalecimento de uma esquerda socialista e revolucionária. Isso não se constrói apoiando um governo da burguesia. Esta é a mesma lógica do "mal menor", que sempre é usada no debate e que impede os trabalhadores de saírem dessa espiral sangrenta da luta política entre esses diversos setores burgueses.

SEM ESPAÇO PARA CONCILIAÇÃO

Crise ecológica pede ruptura com o capitalismo

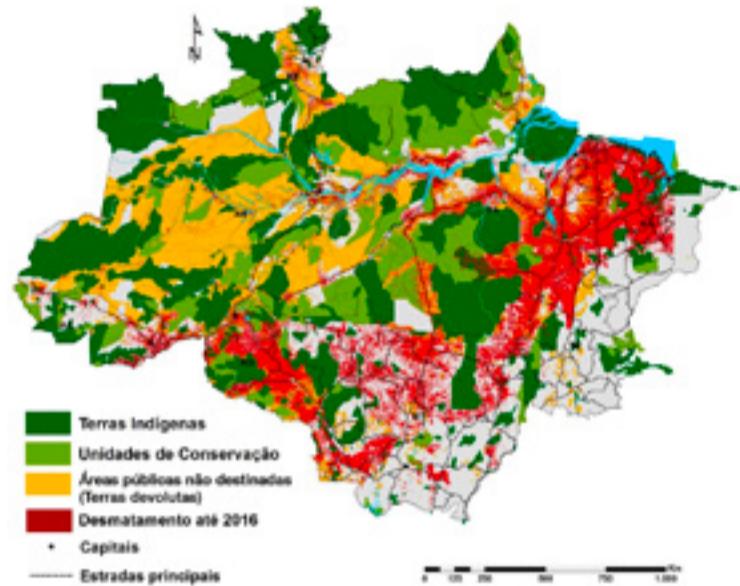
 JEFERSON CHOMA,
DE SÃO PAULO (SP)

Se você pegar uma boa imagem de satélite, num mapa ou no “Google Earth”, e passar os olhos sobre a região amazônica, vai perceber, imediatamente, que a floresta tem sido devorada pelas bordas das estradas. A maioria delas foi construída pela ditadura militar, sob o lema de “integrar para não entregar”, tal como a Transamazônica ou a BR 163.

Mas, as estradas trouxeram fazendeiros, madeireiros, grileiros e, também, muitos capitalistas estrangeiros, além de grandes projetos minerários e hidroelétricas para alimentá-las. Ou seja, na verdade, a Amazônia foi entregue a essa gente pela ditadura, e tudo isso ainda resultou, ao longo dos anos 1970-80, no massacre de 38 etnias indígenas, que viviam em paz, isolados na floresta.

De lá pra cá, a Amazônia brasileira perdeu mais

de 20% de sua cobertura florestal. Cientistas alertam que, se seguirmos nessa toda, em breve, o bioma vai atingir um ponto de não-retorno, no qual a floresta não poderá mais se recuperar. Em vez de retirar dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera, a Amazônia vai lançar toneladas desse gás, agravando imensamente o aquecimento global. Em bom português: a destruição da Amazônia é a destruição da civilização.



Mapa indica que áreas desmatadas seguem as estradas abertas na Amazônia. Notem a intensidade do desmatamento no MT, RO e sul e oeste do PA e como TIs e UCs servem como barreira ao desmatamento.

PASSANDO A BOIADA

O projeto de barbárie ambiental de Bolsonaro

O antigo projeto da ditadura ganhou uma roupa-gem ainda mais perversa com Bolsonaro. Entre 2019 a 2021, o total da área desmatada na Amazônia foi de 34 mil km², um aumento de 73%, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Este ano, é bem provável que o desma-

tamento ultrapasse mais de 13 mil km².

Ou seja, em quatro anos de Bolsonaro, a Amazônia perdeu uma área maior do que o estado do Rio de Janeiro. Se não bastasse, o crime organizado tomou conta da Amazônia e está ligado ao roubo e à especulação de terras, ao desmatamento, à venda de ma-

deira e das terras públicas, e ao garimpo ilegal. O governo facilitou a vida da bandagem ao desmontar todo o sistema de fiscalização e de combate aos desmatamentos e queimadas. Também incentivou a invasão e o roubo de terras públicas pelo latifúndio. Por isso, garimpeiros e madeireiros tomaram de as-

salto as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação.

Mas a boiada passou por todos os biomas brasileiros. Todos foram duramente castigados. Em 2020, o Pantanal teve o maior incêndio de sua história, enquanto o Cerrado encontra-se, hoje, a beira da extinção, por conta do avanço do agronegócio. Com Bolsonaro,

os biomas brasileiros caminhavam rapidamente para o colapso e o país se tornou o quinto maior emissor mundial de gases do efeito estufa (que aceleram o aquecimento global). Cabe lembrar, ainda, que 70% dessas emissões estão relacionadas ao desmatamento e ao modelo de agricultura do agronegócio.

SEM ILUSÕES

O agro é inimigo do meio ambiente

Por tudo isso, é totalmente válido comemorar a derrota eleitoral de Bolsonaro e seu projeto de catástrofe sócio-ambiental. Sua política criminosa para o setor foi muito bem sintetizada pelo seu ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na famosa reunião ministerial de abril de 2020: “Vamos aproveitar a pandemia pra passar a boiada”.

No entanto, é preciso muito cautela com falsas expectativas em relação ao novo governo de Lula. Afinal, como esquecer Belo Monte, um projeto criado pela ditadura militar, barrado por mobilizações indígenas nos anos 1980, e ressuscitado, com entusiasmo, por Lula e Dilma? A construção da hidroelétrica foi um dos maiores crimes socioam-

bientais da história e resultou na expulsão de milhares de ribeirinhos, camponeses, quilombolas e indígenas de seus territórios.

Como esquecer que foi Lula quem liberou o cultivo dos transgênicos, apesar de uma intensa e forte mobilização de ativistas ambientais?

Afinal, esta medida foi uma das bases da expansão do agronegócio e, também, resultou

na explosão do uso de agrotóxicos, o que faz com que, hoje, o Brasil consuma 20% de todo veneno comercializado no mundo.

E, ainda, é preciso lembrar que Lula editou, em junho de 2009, a Lei 11.952, autorizando a emissão de títulos de propriedade para áreas públicas de até 1.500 hectares na Amazônia, ocupadas e desmatadas ilegal-

mente até dezembro de 2004. Assim, mais de 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia foram transferidas para os grileiros. Não por acaso, a medida ficou conhecida como “Lei da Grilagem”.

SEM RUPTURA COM A LÓGICA CAPITALISTA, NÃO HAVERÁ MUDANÇAS

Há muitos ativistas que, sinceramente, esperam que o futuro governo Lula detenha as queimadas na Amazônia, impeça o roubo dos territórios das comunidades indígenas e quilombolas, e coloque um fim ao avanço da grilagem e da destruição ambiental promovidas pelo agronegócio e a mineração.

Contudo, dificilmente isso



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TRXMLX](https://bit.ly/3TRXMLX)

irá ocorrer, porque significaria um confronto com o agronegócio, com as mineradoras e transnacionais que saqueiam os recursos naturais do país. E novo governo, por sua vez, já disse, inúmeras vezes, que vai apoiar esse setor. Algo evidente, inclusive, pelas fortes alianças da Frente Ampliada com alguns de seus principais representantes.

Mas, não há outro caminho. Sem a ruptura com atual modelo de agricultura que enriquece

um punhado de fazendeiros, nada vai mudar. Sem nacionalizar os recursos energéticos, não será possível fazer a necessária substituição da matriz energética baseada em petróleo e combustíveis fósseis. E, sem que isto aconteça, o Brasil não só continuará degradando o meio ambiente e, consequentemente, as condições de vida da população como todo, como também contribuindo para colocar a humanidade em risco.

DIREITA

Crise do capitalismo, da democracia burguesa e crescimento da extrema-direita



MARIÚCHA FONTANA,
DA REDAÇÃO

ESPALHADOS PELO MUNDO E ARTICULADOS

O avanço da extrema-direita é um fenômeno mundial. Na Europa, Geórgia Meloni chegou ao governo através do Partido Irmãos, da Itália, que se reivindica como uma ramificação do Movimento Social Italiano (MSI), fundado por seguidores de Mussolini. Ainda que não esteja à frente de um governo e um regime fascistas, Meloni foi eleita defendendo uma política anti-imigração e reivindicando “Deus, Pátria e Família”.

Na Suécia, o partido “Democratas Suecos”, de raízes neonazistas, surpreendeu ao se tornar a segunda força mais votada, saltando de 5,7% dos votos, em 2010, para 20,5%, agora. Na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orban mantém-se no poder, desde 2010. Apoiando-se na defesa de políticas anti-imigração, mudou o regime, instituindo o que ele chama de “democracia iliberal” (ou “democracia parcial ou guiada”).

A Polônia, como a Hungria, desde 2015, regrediu rapidamente em relação à liberdade de imprensa, à independência do poder judiciário e aos direitos de protesto e manifestação. Lá, governa o partido “Lei e Justiça”. Na França, na Alemanha, no Estado Espanhol e em Portugal, a extrema-direita vem avançando e conquistando cada vez mais cadeiras no parlamento.

Aqui na América Latina, o novo presidente de El Salvador, o autocrata Nayib Bukele, impôs a reeleição, destituindo o Supremo Tribunal Federal (STF) de lá e perseguindo a oposição e a imprensa.

E, claro, Trump, nos Estados Unidos, e Bolsonaro, no Brasil, são talvez os maiores expoentes dessa extrema-direita, que está articulada mundialmente, embora tenha suas especificidades e não represente, nos diferentes países, a mesma coisa em termos sociais.

Ainda assim, formaram uma coalizão que reúne 30 países e lançaram a “Declaração de Genebra”, onde “Deus, Pátria, Família e Liberdade” é o slogan comum.

Esses partidos e movimentos não são a reedição do nazismo e do fascismo dos anos 1920 e 30. E nem todos implicam, por enquanto, em medidas de ruptura com o regime democrático, em regimes abertamente bonapartistas ou pré-bonapartistas, ou mesmo que dirijam organizações nazistas (leia, no final do artigo, as definições de Trotsky para estes distintos regimes).

Mas essas lideranças não se incomodam em usar várias simbologias daquela época, de modo mais ou menos velado. E, por outro lado, esse processo não é estático.

É dinâmico e avança no compasso da crise capitalista.

AS BASES ECONÔMICO-SOCIAIS E POLÍTICAS DA NOVA DIREITA

Perante o crescimento da nova direita, surgem vários conceitos buscando explicá-la. Explicações que vão desde a subestimação do fenômeno, enxergando-o como mero “voto-castigo” contra governos impopulares, ao uso do termo fascista como xingamento.

Mas é preciso estudar, em primeiro lugar, as profundas bases sociais e políticas que permitem tanto seu surgimento quanto que seu discurso faça sentido para tanta gente. E, também, sua dinâmica, a partir da avaliação da atual crise, da luta de classes e da correlação de forças entre as classes.

Não deve ser subestimada, mas corretamente caracterizada, no que tem de comum e no que é específico, para que o proletariado possa, de forma independente e com seus métodos, enfrentá-la.

Trotsky alertava, nos anos 1930, para a necessidade de fazer uma análise concreta da realidade concreta. Orientava que é preciso saber diferenciar as situações transitórias, os diferentes governos e regimes: pré-bonapartistas, bonapartistas, fascistas, bonapartistas “sui generis”, semi-fascistas, e suas dinâmicas.



Giorgia Meloni, primeira-ministra da Itália



Ex-presidente dos EUA, Donald Trump



Presidente Jair Bolsonaro

BASES DA ULTRADIREITA

Crise profunda, decomposição do capitalismo e elementos de barbárie

A crise da democracia liberal expressa uma crise profunda do capitalismo. Nesse sentido, tem semelhanças com a década de 1920 e 30. Estamos em uma crise estrutural do capitalismo monopolista, que leva à decomposição social e à tendência a regimes autoritários, bonapartistas.

Para a valorização e acumulação de capital, o sistema necessita atacar o proletariado e a pequena burguesia de todas as formas, avançar em forças destrutivas nos países centrais e, ainda mais, na periferia; utilizando métodos de acumulação primitiva, de espoliação, pilhagem, opressão e barbárie.

Na Europa, desde o fim do “boom” do pós-guerra, a crise capitalista e o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, pelos governos de direita, conservadores, liberais ou social-democratas, estão na base da crise da democracia liberal.

Com a crise aberta em 2008, esse processo se agravou, com o desemprego

e as ondas massivas de imigração.

A ultradireita defende o ultra liberalismo econômico, associado a uma pauta contra a imigração, em prol da xenofobia e de todas as opressões; desviando e mobilizando o descontentamento e o ressentimento de setores de classe média, e até do proletariado branco ou nativo, contra re-

fugiados, imigrantes e membros de outros setores étnico-raciais. A inferiorização e desumanização de setores do proletariado justificam o emprego da violência, a repressão e outras barbaridades contra os mesmos.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TRXMLX](https://bit.ly/3TRXMLX)**

DEBATE

A esquerda institucional e a extrema-direita



Equipe de transição do governo Lula

A extrema-direita tem raízes na crise do capitalismo e na decepção com a esquerda institucional e seus governos, como os da socialdemocracia, na Europa, ou do PT, no Brasil.

Não é possível entender o bolsonarismo e o apoio de um setor de massas ao seu discurso xenofóbico contra o Nordeste, de opressão de

classe, misógino, LGBTfóbico, racista, de apelo à violência em defesa da ordem e da propriedade; se não entendermos o profundo processo de decadência do capitalismo brasileiro. Um processo de regressão colonial e desindustrialização; tendo como carro chefe da economia o agronegócio, a indústria extrativista e a pilhagem do país.

A Nova República, o PSDB e o PT geriram esse processo e a corrosão social que dá bases ao bolsonarismo.

O PT construiu uma narrativa de que seus governos foram vítimas de uma “onda conservadora”. O PT teria sido vítima de um “golpe”, produto de manifestações conservadoras em 2013 e 2015, que geraram uma reação “fascista” ao desenvolvimento e ao avanço civilizatório realizado durante seus governos.

Mas isso esconde a longa decadência que o Brasil vive, como parte subalterna e subordinada de um mundo capitalista cada vez mais destrutivo e decadente. O PT e o PSDB administraram essa decadência capitalista. Ainda que, administrando um “boom” das commodities (recursos utilizados como matéria-prima, como minérios, óleos, produtos agrícolas etc.), tenham feito, no caso do PT, pequenas “concessões” aos mais pobres, via políticas focalizadas, em detrimenten-

to dos setores remediados da classe trabalhadora e da pequena burguesia, sem jamais tocarem nos super-ricos.

Ou, ainda, segurando a inflação, como o PSDB, a custas da desnacionalização, da privatização e do desemprego. Mas, em ambos os casos, geriram a reversão colonial imposta pelo imperialismo e construíram as bases sociais do esgotamento da Nova República e do surgimento do bolsonarismo.

O FRACASSO DAS ILUSÕES PREGADAS PELO PROGRESSISMO

A tentativa de realizar governos burgueses “progressistas”, buscando conter alguns males do capitalismo, não evitou o profundo retrocesso na estrutura produtiva do país. Como diz o professor Luiz Barbosa dos Santos, uma erosão da classe trabalhadora, através da precarização do trabalho, da individualização, da concorrência e do estímulo ao “empreendedorismo”, em que

trabalhadores são chamados a serem “empreendedores de si”.

O “progressismo” foi regressivo. Por isso, foi questionado, por baixo, nas explosões de 2013. E, por cima, na medida em que a manutenção da ordem estava sendo questionada. Bolsonaro é o “modo barbárie-acelerada” da decadência capitalista e da subordinação do Brasil ao imperialismo.

Para o PT, “derrotar o fascismo” é restaurar um passado idealizado. Não representa um projeto de futuro, mas de mal menor. A reedição de um governo de unidade com a burguesia, sem confrontar o capitalismo brasileiro, não nos levará além, seguirá fazendo com que avancemos em direção à barbárie.

É preciso construir a organização, a mobilização e a independência da classe trabalhadora, para mudar o país e enfrentar a extrema-direita.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TRXMLX](https://bit.ly/3TRXMLX)**

BRASIL

Bolsonarismo: a especificidade brasileira

O governo Bolsonaro constituiu um governo pré-bonapartista, num regime democrático burguês em crise, em um país semicolonial em processo de recolonização. Ele não teve correlação de forças para mudar o regime. Mas, nunca escondeu seu apoio à ditadura de 1964 e seu projeto autoritário.

Ele organiza e mobiliza um setor em defesa de uma intervenção militar. Se chegou ao governo como um “outsider” (“fora da política tradicional”, como dizia), sai mais organizado do que há quatro anos.

Com apelo dentre setores expressivos das polícias e das Forças Armadas, que dão cobertura às suas manifestações golpistas, bem como apoio num setor da burguesia, mobiliza parte da pequena burguesia e inclusive do proletariado. E, ainda, conta com setores paramilitares: milicianos, jagunços ou mesmo setores vinculados aos CAC's (colecionadores, atiradores esportivos e caçadores) em ações extra-parlamentares, como bloqueio de estradas e tentativa de locaute.

No Brasil, as Forças Armadas saíram intactas do final da ditadura, quando governaram por 21 anos, e querem voltar à política (embora sejam dirigidas pela maioria da burguesia e do imperialismo, que não querem um golpe, hoje). Mas, oito mil militares integraram o governo de Bolsonaro, sendo quatro mil deles da ativa.

LIÇÕES

TROTSKY: BONAPARTISMO E FASCISMO BONAPARTISMO E FASCISMO

Trotsky, nos anos 1920 e 30, elaborou sobre o fascismo e o bonapartismo da época imperialista, assim como suas formas transitórias, pré-bonapartistas, e, também, a especificidade do bonapartismo e semi-fascismo nos países semi-coloniais.

“O fascismo é um sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa. A tarefa do fascismo não consiste somente em destruir a vanguarda proletária, mas também em manter toda a classe num estado de fragmentação forçada. Para isto, a exterminação física da camada operária mais revolucionária é insuficiente. É preciso destruir todos os pontos de apoio do proletariado.

O bonapartismo é um governo supraparlamentar, que governa apoiando-se na polícia e no exército (...), é o regime no qual a classe dominante se vê obrigada a tolerar – para preservar a sua propriedade – a dominação do governo por um aparato militar e policial.

O que temos dito demonstra a importância de distinguir entre a forma bonapartista e fascista. Não obstante, seria imperdoável cair no extremo oposto e converter o bonapartismo e o fascismo em duas categorias logicamente incompatíveis Livros de Trotsky, publicados pela Editora Sundermann : A Luta contra o fascismo (Alemanha) e Aonde vai a França.

RESENHA

Estudar a “Revolta de Hong Kong” é fundamental para compreender o mundo atual



JÚLIO ANSELMO,
DE SÃO PAULO (SP)

nédito em português, o livro “Hong Kong em revolta: o movimento de protesto e o futuro da China”, do escritor, jornalista e militante socialista Au Loong Yu, que está sendo lançado pela Editora Sundermann com uma introdução do autor especialmente escrita para a edição brasileira, tem duas virtudes fundamentais.

A primeira é sua capacidade em nos introduzir, por aproximações sucessivas e cada vez mais aprofundadas, aos eventos ocorridos entre março de 2019 e julho

de 2020, seus protagonistas e à dinâmica da revolta. A segunda é que, a partir daí, traz reflexões sobre as conclusões políticas e suas implicações, não apenas para a luta em Hong Kong, mas para de todos os trabalhadores contra o capitalismo mundial.

A RADICALIDADE DE UMA LUTA CONTRA A DITADURA CHINESA

Hong Kong foi dominada pelos britânicos por mais de um século, até 1997, quando foi devolvida para China. De lá pra cá, sob a denominação “Um país, dois sistemas”, foi prometido que a região manteria certa auto-

nomia e, principalmente, teria eleições livres para o governo.

Isto não só não foi cumprido, como a ação tomada pela ditadura chinesa foi a de cercar a autonomia, impor leis repressivas e controlar completamente as eleições, com os candidatos sendo escolhidos diretamente pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), dentre outros absurdos que incluíram até a perseguição e “desaparecimento” de livreiros que vendiam publicações proibidas pela ditadura.

Loong Yu conta como estudantes, jovens e trabalhadores de Hong Kong transformaram a luta contra uma lei repressiva



Protestos em Hong Kong em 2019-2020 levaram milhões às ruas contra as medidas ditatoriais da China.

chinesa em um levante pelo direito ao sufrágio universal. Enfrentando uma dura repressão e utilizando métodos de luta radicalizados, os manifestantes impuseram derrotas ao seu governo e a China.

O livro apresenta, com a vivacidade, esta nova geração

de lutadores, sua radicalidade e formas de participação na disputa política. Também desenvolve os desdobramentos dentre os trabalhadores, como o ressurgimento de um movimento sindical, rejuvenescido, em luta contra as velhas burocracias.

POLÉMICA

A revolta de Hong Kong divide a esquerda mundial

Ainda existem aqueles que, na esquerda, defendem que há socialismo na China ou que defendem o país, mesmo sabendo de que se trata de um capitalismo ditatorial. Esse setor afirma que a “Revolta de Hong Kong” não passou de uma grande conspiração por parte dos países imperialistas, em especial dos Estados Unidos.

Mas, ao nos depararmos, no livro, com as histórias reais, a riqueza de detalhes e as descrições dos fatos, fica evidente que a revolta foi um genuíno movimento popular de massas contra o governo de Hong Kong, con-

trolado pela ditadura chinesa. A leitura dá nitidez, inclusive, para o debate sobre o caráter de classe da própria China, desmontando a base da falácia neostalinista.

A obra é uma artilharia pesada contra os métodos usados pelos neostalinistas para desconsiderar a natureza progressiva desta luta, tomando como critério a falta de definição categórica, por parte de seus participantes, do conteúdo político, programático ou de classe que veio à tona durante a revolta.

Discute, também, porque a presença de setores burgueses ou de direita não invalida o ca-

ráter justo da luta. Lembrando, inclusive, que mesmo nas lutas contra a violência racial nos EUA há, também, a presença de setores burgueses.

TRANSFORMAR A LUTA DEMOCRÁTICA EM ANTICAPITALISTA

Os momentos mais agudos da luta de classes podem justamente servir para que os ativistas, através das experiências reais, tomem cada vez mais consciência e compreensão sobre quem são seus inimigos, qual é seu programa e para onde é preciso ir.

O autor não nega as complexidades e contradições do processo. Inclusive, descreve os setores de classe e seus posicionamentos políticos. Por exemplo, detalha como os magnatas de Hong Kong estavam aliados ao governo chinês. Ou como a ditadura chinesa, sob desculpa de acabar com a herança da colonização britânica, através do governo de Carrie Lam, mantém e até mesmo utiliza as próprias leis coloniais contra os manifestantes.

Também argumenta contra os que creem que a luta em Hong Kong deve caminhar para uma aproximação e submis-

são ao imperialismo ocidental. Da mesma forma, distancia-se da falsa discussão sobre se a estratégia deve ser a defesa da independência e separação da China, ao colocar o problema na sua dimensão correta: como conectar as demandas dos hong kongers com a luta de todos os chineses contra a ditadura capitalista de Pequim e, também, a opressão do imperialismo ocidental.

Ou seja, como transformar esta luta democrática num combate que também se volte contra o sistema capitalista e suas consequências.

O QUE ESTA EM JOGO?

A dimensão mundial da luta em Hong Kong

A força dos episódios narrados por Au Loong Yu transcende as fronteiras de Hong Kong até mesmo porque Hong Kong transcende a si própria. Hoje, a região é um grande enclave do capitalismo mundial. Serve tanto ao vultuoso enriquecimento dos capitalistas chineses (e de interação deles com mercado mundial), quanto também é um ponto de

acesso para os capitais dos EUA e outros países imperialistas, para garantir seus lucros e interesses no mercado asiático e chinês.

Ao lado de Taiwan é um dos “dois olhos” de um mesmo furacão que varre o mundo hoje. O que está em jogo em Hong Kong é muito mais do que a imprensa pró-imperialista ocidental ou os defensores de Pe-

quim tentam fazer parecer. Diz respeito ao que os trabalhadores devem fazer diante deste conflito interburguês, nesta disputa entre um imperialismo decadente dos EUA e um pretendido imperialismo novo, hegemonizado pela China.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3G9LOP1](https://bit.ly/3G9LOP1)

LIVRO



**Hong Kong em revolta:
o movimento de protesto e o futuro da China Au Loong Yu**
R\$ 70,00

UCRÂNIA

Todo o apoio à resistência ucraniana! Fora Putin!

A invasão da Ucrânia pelas tropas russas, iniciada em 24 de fevereiro, completa oito meses e seu desfecho segue em aberto.


**FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)**

O objetivo inicial do ditador russo Vladimir Putin era tomar Kiev, a capital da Ucrânia, rapidamente, e impor um governo subordinado aos interesses de Moscou. Desta forma, Putin manteria a Ucrânia sob sua esfera de influência política e a oligarquia russa poderia ampliar seu controle sobre os recursos do país, rico em minerais, produtos industrializados e agrícolas.

RESISTÊNCIA OPERÁRIA E POPULAR

Este objetivo foi impedido pelo amplo envolvimento da classe trabalhadora e do povo ucraniano na defesa de suas fa-

mílias, de seus lares e de seu país. Centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras ucranianos se alistaram no Exército regular e nas forças de defesa territoriais, enquanto toda a população tem lhes apoiado na retaguarda, sabotando as forças russas de ocupação.

Apesar do armamento insuficiente e do limitado poderio bélico fornecido pelos Estados Unidos e pela União Europeia, a classe trabalhadora ucraniana impôs uma série de derrotas ao exército russo, principalmente ao redor das duas maiores cidades, Kiev e Kharkiv, e, em menor escala, nas regiões de Donbass, Zaporizhia e Kherson, áreas tomadas pelo exército russo no início da guerra.

CRISE RUSSA

Do lado russo, a situação é inversa. Putin tem muito armamento, com grande poderio bélico, mas o povo russo entende que esta guerra não é sua e, por isso, os jovens têm se recusado a se alistar no Exército, fazendo protestos que têm sido duramente reprimidos e até mesmo fugindo do país. Para se ter uma ideia, calcula-se que cerca de um milhão de russos saíram do país após o anúncio da convocação de reservistas.

Putin enfrenta outras dificuldades. Dentro da Federação Russa e nos países vizinhos vivem mais de 150 nacionalidades oprimidas que, insatisfeitas com a hegemonia de Moscou e os sacrifícios impostos



**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UMF1VX](https://bit.ly/3UMF1VX)**

pela guerra, podem se mobilizar se o conflito na Ucrânia se prolongar.

O ditador russo também vive um isolamento internacional, mesmo que parcial; e,

a médio prazo, está vendo a perda da renda, no mercado europeu, com o petróleo e o gás. Uma situação que, também, está alimentando a insatisfação dentre a oligarquia russa.

QUEM SÃO?

Os falsos aliados da resistência ucraniana

A resistência ucraniana enfrenta o poderio militar russo e, também, as ações de falsos aliados. O primeiro deles é o próprio governo do presidente Volodymyr Zelensky. Ele lidera a luta contra a invasão russa e, por isso, mantém alta popularidade no país.

No entanto, Zelensky está sabotando o esforço de guerra com a imposição de uma Reforma Tra-

balhista que flexibilizou os direitos da classe trabalhadora, neste momento de guerra, e, também, possibilitou às empresas a suspensão de pagamento para trabalhadores alistados no Exército ou voluntários nas forças de defesa territoriais.

Além disso, Zelensky tem dado total liberdade à oligarquia ucraniana e às empresas

multinacionais para aumentar, artificialmente, os preços dos produtos, ampliando seus lucros e promovendo a carestia e a pobreza dentre a população.

O segundo falso aliado são os Estados Unidos e os países da União Europeia. Eles têm anunciado bilhões de dólares em armas, mas se recusam a entregar

as armas que o povo ucraniano precisa para se defender.

Exemplo disso é a falta de armas para impedir que mísseis russos e drones iranianos destruam as centrais de distribuição de energia elétrica e gás, o que já está afetando o fornecimento de 40% da energia em todo o país, deixando cidades inteiras às escuras e sem calefação adequada

para suportar o frio. E isto às vésperas do inverno.

O PSTU apoia a resistência ucraniana e, ao mesmo tempo, defende a dissolução da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da CSTO (Organização do Tratado de Segurança Coletiva), alianças militares a serviço de manter o domínio sobre os povos oprimidos em todo o mundo.

AJUDA OPERÁRIA À UCRÂNIA!

Participe da solidariedade internacional

A Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, integrada pela CSP-Conlutas, está promovendo a campanha “Ajuda Operária à Ucrânia”. A Rede construiu uma relação direta com o Sindicato Independente dos Mineiros e Metalúrgicos de Kryvyi Rih, um dos principais centros industriais e de mineração no país.

Além de divulgar a parti-

cipação ativa da classe operária na resistência ucraniana, a campanha recolhe fundos para a aquisição de produtos básicos, que são entregues diretamente para o sindicato. É uma ajuda da classe operária internacional para classe operária ucraniana.

Já foram enviados dois comboios de ajuda operária, em abril e setembro, ambos

com a participação de integrantes da CSP-Conlutas. A proposta é fortalecer e ampliar esta campanha.

Os companheiros que integraram os comboios estão à disposição para palestras em sindicatos, associações, ocupações, escolas e universidades, bem como para reuniões com grupos de ativistas interessados em conhecer esta

importante campanha internacionalista.

A CSP-Conlutas também abriu uma “vaquinha” (“crowdfunding”) para a qual qual-

quer pessoa pode contribuir e cujos recursos serão enviados diretamente para o Sindicato dos Mineiros e Metalúrgicos de Kryvyi Rih.

COLABORE



Participe, você também, da campanha de Ajuda Operária à Ucrânia!

OS CHAMADOS GOVERNOS PROGRESSISTAS

Uma onda que não será tão rosa

O ciclo de vitórias eleitorais de partidos chamados progressistas, que já havia conduzido ao governo Gabriel Boric (Chile) e Gustavo Petro (Colômbia), se confirma, agora, com a eleição de Lula, o último eleito da safra de 2022. Assim, a maior economia da América Latina se soma ao México, governado por López Obrador, e à Argentina, presidida por Alberto Fernández, fazendo com que as cinco maiores economias da região estejam sob governos que se proclamam “forças progressistas”.



PRIMEIRA ONDA

O capitalismo com “face humana”

RICARDO AYALA,
DE SÃO PAULO

A rebelião das massas argentinas, em 2000, abriu um processo político na América Latina que conduziu aos governos de vários países distintas forças políticas que se apresentaram como alternativa aos efeitos sociais do neoliberalismo no continente. Na América do Sul, o ascenso de Chavez, na Venezuela, e o seu “Socialismo do século 21”, deu inicio a uma onda de governos que, em sua retórica, se colocabam contra o neoliberalismo no subcontinente.

Cada um destes governos expressou de distintas formas o que seria a sua alternativa ao neoliberalismo. Em 2003, Lula foi eleito presidente do Brasil e lançou o “neodesenvolvimen-

tismo”. No mesmo ano, Nestor Kichner chegou à Casa Rosada, na Argentina, dando inicio ao “capitalismo sério”, e a Frente Amplia, encabeçada por Tabaré Vázquez, ganhou as eleições no Uruguai.

Em 2006, depois de uma rebelião nacional contra a privatização da água, Evo Morales foi eleito na Bolívia e lançou o “processo de cambio” (processo de mudança) e, no ano seguinte, no Equador, Rafael Correa iniciou sua “Revolução Cidadã”. Para finalizar este ciclo, em 2008, Fernando Lugo chegou à presidência do Paraguai, desbanco décadas de governos do Partido Colorado.

No governo, estas forças políticas defenderam uma ges-

tão “civilizada” do capitalismo semicolonial latinoamericano (ou do neoliberalismo, dentro da ordem), em contraposição à burguesia tradicional e seus partidos desgastados pela devastação social, produzida, até então, pela paralisação econômica decorrente da política de liberação econômica e financeira dos 1990.

Entre os principais países do continente, Colômbia, Chile e Peru ficaram de fora desta primeira onda de governos supostamente antineoliberais.

Nos da chamada “Concertación” (Coalizão) da Democracia Cristã e do Partido Socialista, que sucederam a ditadura, ainda detinham as expectativas da população e as consequências sociais da manutenção das contrarreformas implementadas por Pinochet ainda não tinham vindo à tona. Ao mesmo tempo, a exportação de cobre, peça chave de toda economia do país, mantinha, minimamente, a sobrevivência dos trabalhadores, com um baixo desemprego.

Já no Peru, a corrupta ditadura de Fujimori, foi o polo oposto à guerrilha do Sendero Luminoso, que, tal como Colômbia, mantinha as massas espremidas entre uma guerrilha e a violência do Estado.

No caso do Chile, os gover-

NEOEXTRATIVISMO

A economia baseada na exportação dos recursos naturais

Com diferenças entre os distintos países, o modelo chileno (baseado na exportação de recursos naturais) foi o eixo sobre o qual todos os chamados governos progressistas ou “antineoliberais” fundamentaram sua política econômica, subordinada à exportação destes recursos para a industrialização da China e do Sudeste da Ásia, que demandavam minério de ferro, cobre, produtos agrícolas

(como a soja) etc., em uma escala sem precedentes na história do capitalismo.

SUBORDINAÇÃO

Cavalgando a elevação histórica dos preços destas mercadorias, os “governos progressistas” mantiveram intactas a subordinação dos países à divisão mundial do trabalho imposta pelos países dominantes, que controlam o mercado mundial des-

tes produtos. Abrindo mão da soberania que diziam defender, aprofundaram a mesma estrutura produtiva que diziam ser contrários, fazendo com que o processo de desindustrialização avançasse no continente.

POLÍTICAS SOCIAIS COMPENSATÓRIAS

Ao mesmo tempo, os programas sociais, como o Bolsa-Família, no Brasil, ou o estí-

mulo aos pequenos negócios, foram incapazes de compensar o desemprego e o subemprego, quando se instalaram os efeitos da profunda crise do capitalismo mundial e os preços dos recursos naturais caíram. Resultado: os efeitos sociais foram devastadores em todo continente, assim como a deceção nas forças políticas que despertaram a ilusão de uma mudança real na vida das massas.

**ACRISE**

O tsunami que varreu a “primeira onda”



Gabriel Boric, presidente do Chile

O impeachment de Lugo no Paraguai, em junho de 2012, deu inicio à crise destes governos. As mudanças reais na vida das pessoas dentro da ordem burguesa nacional e internacional conduziram a uma crise social ainda mais profunda, de acordo com o grau de dependência e subor-

dinação em cada um dos diferentes países.

Na Venezuela, a desindustrialização do país, causada pela absoluta dependência na exportação de petróleo, esbanhou a verdadeira face do Chavismo. Em maio de 2019, o Banco Central da Venezuela estimou que inflação, até

2021, chegaria a 282.000%. Neste mesmo ano, estimava-se uma retração em 90% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao ano de 2013, período em que o poder de compra dos salários encolheu 94%. Além disso, o valor da cesta básica era calculado em 1.218.147,82 bolívares (a moeda local), enquanto o salário mínimo chegava a apenas 40.000 bolívares.

Com diferenças de ritmos e intensidade, esta mesma realidade social se abateu sobre todos os países governados pelas chamadas “forças progressistas”. A partir de então, sua função de conter o descontentamento social perdeu o sentido para a classe dominante, ao mesmo tempo em que os “de baixo” se decepcionavam com o retrocesso em suas condições de vidas.

A resposta da burguesia tradicional foi aprofundar o mode-

lo extrativista, assim como dos países ainda governados pelo “progressismo”, como Venezuela, abrindo zonas econômicas especiais, entregues a corporações multinacionais associadas aos militares, para intensificar a exploração de ouro, minerais, madeira etc.

A burguesia tradicional também começou a lutar pelos governos e surgiram novas forças de ultradireita, como expressão mais desenvolvida da necessidade de saque e espoliação. E, aí, a via da mudança por dentro da institucionalidade cobrou seu preço: em 2015, o kircherismo foi derrotado nas eleições na Argentina e, no ano seguinte, Dilma Rousseff foi apeada da presidência pelo Congresso brasileiro.

Os efeitos da crise fiziram com que o “progressismo” passasse a se enfrentar diretamente com as massas. Na Bolívia, por exemplo, em

2016, a suspeita de fraude no plebiscito que daria a possibilidade de Morales ficar indefinidamente no poder gerou um levante da juventude, que foi capitalizado pela direita, que, contudo, fracassou em sua tentativa de golpe.

No Equador, Lenín Moreno, sucessor de Rafael Correa, aplicou um profundo plano de ajuste estrutural, negociado com o FMI, que dentre as medidas mais duras implicou em um reajuste brutal dos preços dos combustíveis, em outubro de 2019, o que provocou um levante das massas indígenas. E foi esta rebelião do Equador que serviu como faísca para detonar a revolta dos chilenos, que tomaram as com sua famosa palavra de ordem contra o aumento no preço das passagens: “Não são trinta pesos, são trinta anos”.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3E0RZSK](https://bit.ly/3E0RZSK)**

RETORNO

A nova onda “rosa”

Mesmo antes das massas chilenas e colombianas ganharem as ruas, colocando estes países (de forma tardia) dentro da onda dos governos tidos como progressistas, na contramão da crise destes governos na América do Sul, em 2018, o governo do México (a segunda economia do continente e, ao mesmo tempo,

o país mais controlado pelos EUA, servindo-lhe como uma verdadeira colônia) foi arrebatado por Lopez Obrador. Enquanto isto, no Brasil, Jair Bolsonaro capitalizava o desgaste do PT, alentando novas formações de ultradireita na região.

A partir de então, a eleição de Fernandez, na Argen-

tina, em 2019, abriu as portas para uma recomposição eleitoral das chamadas “forças progressistas” na América do Sul. Em 2020, a administração do genocídio da pandemia pelos governos de turno detonou mobilizações no Peru e na Colômbia, além de manter a expectativa das massas chilenas, mesmo fora das ruas,

pelo processo constituinte e a denúncia da pandemia.

Desde então, estes três países foram incorporados à nova onda de “governos progressistas”, com as eleições de Castillo (Peru), de Boric (Chile) e Petro (Colômbia). Um processo que, agora, no final de 2022, atingiu o Brasil, com a eleição de Lula.



Alberto Fernandez, presidente da Argentina, com Lula.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Avançar na luta pela construção de uma alternativa socialista e revolucionária



ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

Bolsonaro foi derrotado. A noite do domingo do segundo turno eleitoral tornou-se um carnaval de felicidade que tomou às ruas Brasil. Festejar era preciso. O presidente genocida, misógino, racista, lgbtifóbico, inimigo dos povos originários e da classe trabalhadora não foi reeleito. O projeto de ditadura que Bolsonaro defende não foi respaldado nas urnas.

Nós do PSTU demos nossa contribuição para a derrota de Bolsonaro. No primeiro turno, apresentamos candidatura própria à presidência da República. Vera e Raquel foram porta-vozes de um programa socialista e revolucionário, que partia das necessidades mais sentidas pelo povo pobre e trabalhador do nosso país e apontava a importância de derrotar o projeto reacionário e ultroliberal de Bolsonaro, sem ceder ao projeto de conciliação de classes de Lula e do PT.



VOTO CRÍTICO

No segundo turno, chamamos o voto crítico em Lula para derrotar Bolsonaro. O voto foi crítico porque avaliamos que a chapa Lula-Alckmin e a Frente Ampla, construída com setores da burguesia, não vão resolver os problemas da classe trabalhadora brasileira e seus setores mais oprimidos. Mas, diante das ameaças às liberdades democráticas, fomos com tudo fazer a campanha do segundo turno para derrotar Bolsonaro.

Nossa campanha, no segundo turno, manteve a tarefa central do primeiro: derrotar Bolsonaro e a ultradireita, e lutar pela construção de uma alternativa socialista e revolucionária, apontando o caminho a ser tomado para que a fome, o desemprego e a miséria acabem.

Fizemos campanha nas ruas, nas ocupações, quebradas, portas de fábricas e escolas, dizendo quais medidas têm que ser adotadas para que

o camponês tenha terra para plantar e que os povos indígenas e quilombolas possam ter suas terras demarcadas. Mostrando como o machismo, a lgbtfobia, o racismo e xenofobia têm que ser combatidos. Chamando a juventude e a classe trabalhadora a se organizarem.

Lembrando, ainda, que essa luta nós travamos combatendo Bolsonaro e a Frente Ampla, construída por Lula e o PT, que fez uma campanha propagandeando esperança, sem dizer como isso será concretizado.

UMA REALIDADE DIFERENTE

Lula e o PT, com o apoio do PSOL e o PCdoB, fizeram a promessa de que o povo brasileiro voltaria a comer churrasco e tomar cerveja no final de semana. Faziam alusão ao primeiro mandato petista, em 2002; mas a realidade socioeconômica é muito diferente de duas décadas atrás. Lula sabe disso.

Para garantir comida na mesa do povo brasileiro, que hoje têm mais de 33 milhões de

pessoas passando fome, é preciso enfrentar os super-ricos, que ficam com toda a riqueza produzida pelos trabalhadores.

Mas será se Lula vai fazer isso? Vai expropriar os super-ricos, taxar as grandes fortunas, fazer as necessárias reformas agrária e urbana ou fortalecer os serviços públicos? Não há como resolver os problemas do povo pobre e trabalhador sem mudar a estrutura econômica do Brasil. Não tem como governar para a Casa Grande e a Senzala. De que lado Lula ficará?

NOSSO LADO

Nós do PSTU temos um lado: estamos com a classe trabalhadora e os setores historicamente marginalizados e discriminados. Não depositamos nenhuma confiança e esperança no governo Lula. Vamos seguir lutando pela organização independente dos trabalhadores e trabalhadoras, batalhando por nossas pautas e construindo uma alternativa socialista e revolucionária.

SOCIALISMO

Para vencer, precisamos de uma direção revolucionária!



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UPHALP](https://bit.ly/3UPHALP)

Pela Frente Ampla que foi construída e pelas experiências com os governos do

PT, Lula seguirá governando para a Casa-Grande, apontando medidas paliativas, como

o Bolsa-Família, ao povo pobre. Para seguir garantindo a riqueza e os privilégios dos senhores da Casa-Grande, vai aplicar um plano econômico que ataca os trabalhadores.

Quando chamamos o voto crítico em Lula já apontávamos o limite de seu programa, que no marco do capital, vai de encontro às necessidades da classe trabalhadora. Por isso, não nos confundimos com a campanha geral da Frente Ampla, como fazem a Unidade Popular (UP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, no segundo turno, se somaram na campanha de forma acrítica, ajudando a jogar água no moimbo das ilusões espalhadas pelo PT e Lula.

A classe trabalhadora precisa se organizar, de forma independente, sem confiança no governo (mas, sim, contra o governo), e lutar para que os ricos paguem pela crise. Da mesma forma, devemos construir a unidade de ação para combater a ultradireita, que seguirá atuando. A mobilização e organização independente da classe trabalhadora precisam estar a serviço de uma estratégia revolucionária, para mudar a sociedade e pôr um fim ao capitalismo, e construir o socialismo.

Isso exige uma direção. Não qualquer direção. Precisamos de uma direção revolucionária, dedicada à classe trabalhadora, que não se deixe corromper, que não faça

alianças com a burguesia e que defenda, a fundo, o programa da revolução socialista. Essa direção só pode ser um partido revolucionário. É esse partido de luta, democrático e internacionalista que o PSTU luta para construir.

Precisamos de todos e todas vocês para construir essa ferramenta para a nossa classe. Vocês sabem que o PSTU não oferece nem cargos nem privilégios. Só podemos oferecer uma bandeira sem as manchas da traição e a perspectiva de uma luta permanente pela revolução socialista que liberte a classe operária e a humanidade da exploração e da opressão.

Venha para o PSTU!